

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Senhores Acionistas,** Atendendo às disposições legais, a Cruzeiro do Sul Educacional S.A. e suas controladas ("Cruzeiro do Sul", "Grupo" ou "Companhia" ou "CSED"), listadas no Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), onde estão as empresas consideradas com o mais elevado padrão de governança corporativa, sob o código CSED3, apresentam aqui seu Relatório da Administração, expondo os resultados operacionais e financeiros do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Este relatório é parte integrante das demonstrações financeiras da Companhia, elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil - incluindo a Lei das Sociedades por Ações, regras e regulamentos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) - e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), aplicadas de forma consistente no decorrer dos exercícios abrangidos.

**Mensagem da Administração e Expectativas Estratégicas:** Em 2022 sedimentamos projetos importantes para o futuro da Cruzeiro do Sul. Desde a entrada do Fabio Fossen como CEO, nos dedicamos a elaboração da nova estratégia corporativa da Companhia com foco no desenvolvimento das verticais de ensino do Presencial/Medicina e EaD/Long Life Learning. Para garantir a execução da estratégia, reestruturamos a liderança da organização com a criação de Vice-presidências focadas no desenvolvimento destas verticais, reforçamos a nossa foco no sucesso do aluno com a criação de uma Diretoria Acadêmica e de Inovação e com mudanças relevantes no pilar de atendimento do aluno com o desenho e implementação do nosso caminho de Evolução Digital. Assim, desde agosto, criamos a VP do Ensino Digital com a missão de acelerar o desenvolvimento dos negócios digitais nas frentes de graduação, pós-graduação e linhas de negócio de ensino não regulado; a VP Presencial com foco na evolução do ensino presencial e na eficiência operacional; a área de Tecnologia, incorporou o processo de atendimento ao aluno como parte da nossa Evolução Digital. Entrando nos temas operacionais, o ano de 2022 foi marcado pelo alcance de marcas recorde de captação em ambos os segmentos. No presencial, captamos 82 mil alunos ao longo do ano, volume 14,5% acima de 2021, finalizando o ano com uma base de 128 mil alunos, um avanço de 4,5% vs. o ano passado. Na rematrícula do presencial, superamos os patamares pré-pandemia, reforçando o valor das nossas marcas. No EaD, assim como no presencial, alcançamos recorde no volume de captação (+14,6% vs. 2021), finalizando a base de alunos com 238 mil alunos, uma expansão de 8,5%. Seguindo a execução do nosso plano de crescimento no número de polos, adicionamos 188 em 2022 (+15,5% vs. 2021), atingindo 1.404 polos no total. Cabe destacar que, além do crescimento de base, o melhor planejamento comercial, com foco na disciplina de precificação, priorizando portfólio de cursos mais rentáveis fez com que o ticket (ROL ano/base de alunos final) crescesse cerca de 6% no Presencial. Enquanto no EaD, apesar do ambiente competitivo em cursos 100% online, o avanço da penetração de cursos semipresenciais na base do EaD (17% vs. 14% em 2021), contribuiu para expansão de 7% no ticket do segmento. Do lado acadêmico, pelo segundo ano consecutivo a UNIFRAN foi rankeada pela Times Higher Education como a melhor IES privada no Brasil e subimos 4 posições no ranking da América Latina, passando para a posição 151 no ranking geral. Nossa Professora Dra. Lucimara Pires Martins, do Programa de Pós-graduação em Astrofísica e Física Computacional e Núcleo de Astrofísica da Unicid, foi aos Estados Unidos para desenvolver a primeira etapa do seu projeto aprovado em 2021 pelo Instituto Científico do Telescópio Espacial (STScI) da NASA, o Hubble. Em novembro, o projeto dos docentes do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Unifran, foi selecionado para representar o Brasil, na Conferência Mundial do Clima (COP27), organizada pelas Nações Unidas, com o objetivo de discutir as mudanças climáticas e propor soluções para minimizar seus efeitos. Do ponto de vista financeiro, o ano de 2022 foi marcado por um cenário macroeconômico bastante desafiador, com inflação e taxa de juros elevadas, o que impactou negativamente o poder de compra de nossos alunos, por consequência elevando os níveis de inadimplência que afetam nossos resultados financeiros. Por fim, apesar dos desafios, encerramos o ano com uma receita líquida de R\$ 2,0 bilhões, 11,4% superior a 2021, como reflexo da expansão dos negócios de graduação presencial e EaD somado ao avanço no ticket (6% no presencial e 7% no EaD). Nosso lucro bruto foi de R\$ 948,1 milhões, uma expansão de 10,5% vs. o ano anterior, com uma margem bruta de 46,7%, apesar dos desafios com os dissídios da classe. O EBITDA Ajustado atingiu R\$ 580,6 milhões, com margem de 28,6%, impactado pela piora da PECLD (6,7% da ROL vs. 5,4% em 2021). O Lucro Líquido Ajustado atingiu R\$ 69,0 milhões vs. R\$ 143,6 milhões no período anterior refletindo a alta nos juros e atualização de contratos. Adentrando no ano de 2023, seguindo com a nossa nova estratégia comercial, o processo de captação até o dia 26/Mar (data vs. data) (lembrando que vamos até o fim de Abril) apresenta 11% de crescimento no presencial e 40% de crescimento no EaD, renovando os registros que havíamos alcançado em 2022. Adicionalmente, as rematrículas continuam em patamares pré-pandemia. Quanto a ticket, assim como em 2022, no presencial avançamos com o repasse para os calouros, reforçando a estratégia de tendência positiva de tickets visando mitigar a base de alunos captados durante a pandemia. No EaD, continuamos a observar competição no 100% digital e seguimos com a estratégia de expansão do semipresencial. **A Diretoria.**

**Cenário Econômico:** Com o efeito da normalização pós pandemia a atividade (PIB) surpreendeu, enquanto as projeções de crescimento da pesquisa Focus, no início de 2022, apontavam para a mediana de +0,7%, o consenso moveu-se ao longo do ano e encerrou com uma expectativa de +3,0%. Entre os motivadores para as revisões, destacam-se: (i) a continuidade do processo de reabertura econômica, impulsionado pelo setor de serviços; (ii) transferências de renda do governo às famílias, galpão para o aumento do consumo interno; (iii) mercado de trabalho positivo, com redução da taxa de desemprego para patamar historicamente baixo (+8,1%, em novembro). O Índice de Atividade Econômica divulgado pelo Banco Central, alcançou +2,90%, ao final de 2022. O ano também foi marcado pela continuação do aumento de juros pelo Banco Central, que começou em março de 2021, quando a SELIC estava em 2% ao ano, e terminou em agosto de 2022, em 13,75% ao ano. Desde então, o Banco Central vem sinalizando que vai manter a taxa nesse patamar. Essas mudanças impactaram o mercado de educação de diferentes maneiras, sendo assim, a Cruzeiro do Sul Educacional apresentou crescimentos expressivos no EaD (+10,3% na base de alunos do segmento em 2022), no presencial captamos 82 mil alunos ao longo do ano, volume 14,5% acima de 2021, finalizando o ano com uma base de 128 mil alunos, um avanço de 4,5%. **Propósito e Valores corporativos:** Seis pilares sustentam nossa forma de ensino e norteiam todos os nossos cursos, presenciais ou a distância, abrangendo estudantes, docentes e a comunidade que nos cerca. Por meio deles, buscamos assegurar o sucesso do estudante, estimulando nele valores como inovação, empreendedorismo e pensamento crítico, para que se formem como cidadãos preparados para vencer os desafios do mercado de trabalho. **Protagonismo do aluno** - Idealizar e realizar ações com criatividade, liderança, empatia, autonomia e responsabilidade social. Mais que um profissional, nosso aluno é um agente de transformação. **Empreendedorismo** - Potencializar as competências empreendedoras de nossos alunos, para que sejam capazes de desenvolver soluções inovadoras e gerar valor para a sociedade. Incentivamos projetos transversais e interdisciplinares, plataformas digitais e gamificadas. **Flexibilidade** - Vivenciar a flexibilidade curricular - escolha das disciplinas *on-line*, montagem do horário presencial, tempo e local de estudo, permitindo melhor aproveitamento e envolvimento do aluno em atividades variadas. **Formação dos formadores** - Proporcionar as melhores experiências no processo de aprendizagem, com o apoio de novas metodologias e ferramentas tecnológicas, tornando o aprendizado mais envolvente, desafiador, estimulante e transformador. **Inovação** - Estimular a inovação por meio de pesquisas científicas, promovendo um *mindset* favorável à criatividade e inovação como base de todas as nossas iniciativas acadêmicas e de formação de talentos. **Pensamento crítico** - Oferecer suporte para a tomada de decisões equilibradas e assertivas. O pensamento crítico é essencial para a formação integral de um cidadão mais consciente (local e global). **Perfil Corporativo e descrição geral do negócio:** Com mais de 57 anos de história, o Grupo Cruzeiro do Sul Educacional atua em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal com 1.404 polos de Educação a Distância (EaD) e 29 campi de Educação Presencial. Atualmente, o Grupo tem mais de 404 mil alunos e 7.082 colaboradores. Também está presente no Japão, por meio de dois polos EaD. A Companhia oferece cursos presenciais e a distância em todos os níveis de ensino, da educação infantil ao ensino superior, incluindo pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*), cursos livres, de extensão e idiomas. A estratégia de crescimento da Companhia está focada em três frentes: 1) a aquisição de instituições que sejam relevantes e reconhecidas na região em que atuam; 2) a expansão de polos EaD em mercados que já atua ou novos; 3) e a abertura de novos cursos nas unidades que já fazem parte da Companhia e eventualmente possuem demanda. Com sede social na capital paulista, desde fevereiro de 2021 somos uma sociedade por ações de capital aberto, regida por Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis pelo Regulamento do Novo Mercado da bolsa de valores nacional, a B3. **Estratégia e Gestão:** Em 2022 finalizamos nosso planejamento estratégico, o projeto AcruX, que definiu os rumos para os próximos cinco anos. O processo contou com o envolvimento da presidência, de conselheiros e reitores, e resultou em diversas reestruturações internas com vistas a ampliar nossa eficiência operacional e nosso portfólio de produtos. Revisamos também nossa forma de gestão, passando de um modelo verticalizado para matricial, com a criação de duas vice-presidências: de Ensino Presencial e de Ensino Digital. Essas iniciativas nos permitiram identificar e planejar a expansão de nossas vertentes de atuação. Abrimos unidades e lançamos cursos, além de reforçar a unidade de negócios de *long life learning* (formação continuada) e nos credenciamos para a oferta de cursos técnicos. Mantivemos também os investimentos na evolução do relacionamento com os clientes e no redesenho de nossos canais digitais, com a adoção das melhores práticas de *marketing* digital. No âmbito da gestão da aprendizagem, adquirimos diversas plataformas que possibilitaram a intensificação de nossa transformação digital. **Estrutura societária:** Posição acionária de 31 de dezembro de 2022:

**Desempenho Operacional e Financeiro: Desempenho Operacional: Base de Alunos:**

Base de alunos (em milhares)	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	% Var. 22/21
Ensino Presencial	135,2	130,0	4,0%
Ensino EAD	269,0	243,8	10,3%
<b>Total</b>	<b>404,2</b>	<b>373,8</b>	<b>8,1%</b>

Encerramos o ano mostrando a retomada do presencial e continuidade na expansão do EaD com um aumento de 4,0% na base de alunos do presencial, e 10,3% na base do EaD, o que viabilizou um aumento de 8,1% da nossa base total de alunos, comparado ao mesmo período de 2021. **Financiamento Estudantil:**

Financiamentos Estudantís (em milhares)	4T22	4T21	Var.% 22/21
Alunos Ensino Presencial	135,2	130,0	4,0%
Alunos CREDUCSUL (sistema próprio)	0,5	0,9	-46,6%
% de Alunos CREDUCSUL	0,4%	0,7%	-0,4pp
Alunos FIES (sistema público)	1,7	2,4	-28,1%
% de Alunos FIES	1,3%	1,8%	-0,6pp
Alunos PRAVALER (sistema parceiro)	8,7	5,3	64,8%
% de Alunos PRAVALER	6,4%	4,1%	2,5pp
<b>Total de Alunos com Financiamento</b>	<b>10,9</b>	<b>8,6</b>	<b>27,1%</b>
% de Alunos com Financiamento	8,1%	6,6%	1,5pp

A Cruzeiro do Sul encerrou o 4T22 com 8,1% de alunos do ensino presencial com financiamento estudantil (CREDUCSUL, FIES e PRAVALER), ante 6,6% no 4T21. **Crescimento Orgânico:** A Companhia segue sua estratégia de crescimento orgânico com a criação de 118 novos cursos no 4T22, sendo 98 em EaD e 20 presenciais. Com isso, chega ao total de 1.382 cursos ofertados, sendo 778 em EaD e 604 presenciais. **Desempenho Financeiro: Resultado:** Demonstração dos resultados consolidados da Cruzeiro do Sul:

**Demonstração do resultado (em milhares de Reais, exceto %)**

	4T22	4T21	Var.% 22/21	2022	2021	Var.% 22/21
<b>Receita líquida</b>	<b>521.863</b>	<b>482.991</b>	<b>8,0%</b>	<b>2.028.320</b>	<b>1.820.615</b>	<b>11,4%</b>
<b>Custo dos serviços prestados</b>	<b>(302.655)</b>	<b>(260.227)</b>	<b>16,3%</b>	<b>(1.080.179)</b>	<b>(962.746)</b>	<b>12,2%</b>
<b>Lucro bruto</b>	<b>219.208</b>	<b>222.764</b>	<b>-1,6%</b>	<b>948.141</b>	<b>857.869</b>	<b>10,5%</b>
<b>Margem Bruta (Despesas) e receitas operacionais</b>	<b>(171.966)</b>	<b>(141.524)</b>	<b>21,5%</b>	<b>(636.495)</b>	<b>(544.528)</b>	<b>16,9%</b>
Despesas gerais e administrativas	(100.100)	(98.410)	1,7%	(409.485)	(366.039)	11,9%
Depreciação e amortização	(39.455)	(25.232)	56,4%	(118.413)	(93.898)	26,1%
Provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(40.293)	(24.695)	63,2%	(135.354)	(98.446)	37,5%
Outras receitas operacionais, líquidas	7.882	6.813	15,7%	26.757	13.855	93,1%
<b>Lucro Operacional</b>	<b>47.242</b>	<b>81.240</b>	<b>-41,8%</b>	<b>311.646</b>	<b>313.341</b>	<b>-0,5%</b>
<b>Margem Operacional</b>	<b>9,1%</b>	<b>16,8%</b>	<b>-7,8pp</b>	<b>15,4%</b>	<b>17,2%</b>	<b>-1,8pp</b>
(+) Depreciação e amortização <sup>1</sup>	(69.984)	(51.627)	35,6%	(238.772)	(195.526)	22,1%
<b>EBITDA</b>	<b>117.226</b>	<b>132.867</b>	<b>-11,8%</b>	<b>550.418</b>	<b>508.867</b>	<b>8,2%</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>22,5%</b>	<b>27,5%</b>	<b>-5,0pp</b>	<b>27,1%</b>	<b>28,0%</b>	<b>-0,7pp</b>
(+) Itens Não Recorrentes <sup>2</sup>	7.338	6.001	22,3%	30.225	26.997	12,0%
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>124.564</b>	<b>138.868</b>	<b>-10,3%</b>	<b>580.643</b>	<b>535.864</b>	<b>8,4%</b>
<b>Margem EBITDA ajustado</b>	<b>23,9%</b>	<b>28,8%</b>	<b>-4,9pp</b>	<b>28,6%</b>	<b>29,4%</b>	<b>-0,9pp</b>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(60.723)</b>	<b>(52.262)</b>	<b>16,2%</b>	<b>(303.606)</b>	<b>(233.804)</b>	<b>29,9%</b>
Receitas financeiras	36.697	28.265	29,8%	127.976	57.900	121,0%
Despesas financeiras	(97.420)	(80.527)	21,0%	(431.582)	(291.704)	48,0%
<b>(Prejuízo) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(13.481)</b>	<b>28.978</b>	<b>n.a.</b>	<b>8.040</b>	<b>79.537</b>	<b>-89,9%</b>
Imposto de renda e contribuição social	(2.021)	(3.889)	-48,0%	(1.434)	3.418	n.a.
<b>Lucro Líquido (Prejuízo)</b>	<b>(15.502)</b>	<b>25.089</b>	<b>n.a.</b>	<b>6.606</b>	<b>82.955</b>	<b>-92,0%</b>
<b>Margem Líquida</b>	<b>-3,0%</b>	<b>5,2%</b>	<b>-8,2pp</b>	<b>0,3%</b>	<b>4,6%</b>	<b>-4,2pp</b>

<sup>1</sup> No montante de "Depreciação e amortização", considerado para fins de EBITDA (R\$69.984 mil no 4T22 e R\$51.627 mil no 4T21; R\$238.772 mil em 2022 e R\$195.526 mil em 2021), constam, além dos valores dessa rubrica no grupo de "Despesas e receitas operacionais" (R\$39.455 mil no 4T22 e R\$25.232 mil no 4T21; R\$118.413 mil em 2022 e R\$93.898 mil em 2021), os efeitos de Depreciação de Direito de Uso, que nas demonstrações dos resultados são alocados no grupo de "Custos dos serviços prestados" (R\$30.529 mil no 4T22 e R\$26.395 mil no 4T21; R\$120.359 mil em 2022 e R\$101.628 mil em 2021). <sup>2</sup> Itens não recorrentes: (i) Custos com reestruturação, (ii) Inauguração e Expansão de Unidades e Polos (Guarulhos, Villa Lobos e Campina Grande), e (iii) Custos do M&A.

**Receita Bruta e Líquida:** A Companhia encerrou o ano de 2022 com receita líquida de R\$2.028,3 milhões, o que representa um aumento de 11,4% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Contribuiu para essa variação, o crescimento de alunos, que foi de 8,1% em 2022, em comparação ao mesmo período do ano anterior. **Custo dos Serviços Prestados:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os custos dos serviços prestados da Companhia aumentaram 12,2% ou R\$117,5 milhões, passando de R\$962,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, para R\$1.080,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Os principais impactos para o aumento dos custos foram em salários de docentes e técnicos administrativos e preceptores em virtude principalmente de reajuste salarial e também a maior demanda de atendimento ao aluno (CAA) e preceptores. Também tivemos um crescimento nos custos com parceria em virtude, principalmente, de repasses a polos parceiros EaD (aumento da receita). Outros impactos que tivemos foi em depreciação do direito de uso decorrente da variação do IGP/MIPCA nos aniversários dos contratos e em limpeza e segurança onde ocorreu reajuste nos contratos. **Lucro Bruto e Margem Bruta:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o lucro bruto da Companhia aumentou 10,5% ou R\$90,2 milhões, passando de R\$857,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 para R\$948,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. O aumento do lucro bruto está associado principalmente ao aumento da receita líquida com o percentual dos custos mantendo-se em linha nos dois exercícios. **Despesas Gerais e Administrativas:** As despesas gerais e administrativas da Companhia aumentaram 11,9%, passando para o valor de R\$409,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$366,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Essa variação deve-se, principalmente, ao aumento em Publicidade e propaganda, devido ao aumento na campanha das rematrículas. **Depreciação e Amortização:** A depreciação e amortização da Companhia aumentou 26,1%, passando para o valor de R\$118,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$93,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu, principalmente com amortização de *softwares* devido ao aumento dos projetos de melhoria em softwares no decorrer do ano de 2021. **Provisão para Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD):** As despesas com provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa da Companhia aumentaram 37,5%, apresentando o valor de R\$135,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$98,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 em função da maior inadimplência e crescimento da receita/contas a receber. **Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas:** A linha de outras receitas operacionais, líquidas aumentou 93,1%, alcançando R\$26,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$13,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Esta variação ocorreu, devido, principalmente, a aluguel de espaços para eventos diversos. **EBITDA:** Em 2022, a Companhia registrou um acréscimo de 8,2% em comparação com o ano anterior, atingindo um EBITDA de R\$550,4 milhões, ante R\$508,9 milhões em 2021, justificado pelo (i) incremento das receitas oriundas da graduação EaD e volta do presencial em sua totalidade, com o aumento no número de alunos; (ii) aumento do ticket médio em todas modalidades e (iii) pela volta dos eventos presenciais, que beneficiaram o aluguel de nossos espaços que mitigou parte do impacto negativo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa. **EBITDA Ajustado:**

**Demonstração do resultado (em milhares de Reais, exceto %)**

	4T22	4T21	Var.% 22/21	2022	2021	Var.% 22/21
<b>EBITDA</b>	<b>117.226</b>	<b>132.867</b>	<b>-11,8%</b>	<b>550.418</b>	<b>508.867</b>	<b>8,2%</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>22,5%</b>	<b>27,5%</b>	<b>-5,0pp</b>	<b>27,1%</b>	<b>28,0%</b>	<b>-0,8pp</b>
(+) Custos com reestruturação	-	-	-	6.391	6.589	-3,0%
(+) Inauguração e Expansão de Unidades e Polos	408	2.155	-81,1%	4.505	7.609	-40,8%
(+) Custos dos M&A e outros	6.930	3.846	80,2%	19.329	12.799	51,0%
(-) Itens Não Recorrentes	7.338	6.001	22,3%	30.225	26.997	12,0%
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>124.564</b>	<b>138.868</b>	<b>(10,3%)</b>	<b>580.643</b>	<b>535.864</b>	<b>8,4%</b>
<b>Margem EBITDA Ajustado</b>	<b>23,9%</b>	<b>28,8%</b>	<b>-4,9pp</b>	<b>28,6%</b>	<b>29,4%</b>	<b>-0,9pp</b>

O EBITDA Ajustado da Companhia registrou aumento, com acréscimo de 8,4% em relação a 2021, quando o valor foi de R\$535,9 milhões para R\$580,6 milhões, em 2022. Em 2022, os custos não recorrentes, referem-se à inauguração e expansão de unidades e Polos (Guarulhos, Villa Lobos e Campina Grande) e custos dos M&A e outros, referentes consultoria de planejamento estratégico e reestruturação. **Resultado Financeiro: Receita financeira:** As receitas financeiras apresentaram uma variação positiva de R\$70,1 milhões ou 121,0%, de R\$128,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$57,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Essa variação é oriunda substancialmente dos rendimentos das aplicações financeiras. **Despesa financeira:** As despesas financeiras apresentaram um aumento de R\$139,9 milhões ou 48,0%, de R\$431,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, comparado às despesas de R\$291,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu, principalmente, em função dos aumentos das taxas de juros. **Imposto de Renda e Contribuição Social:** O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro ("IR/CS") corrente e diferido da Companhia reduziu R\$4,9 milhões ou 142,0%, alcançando um imposto de -R\$1,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, comparado a um

imposto de R\$3,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Essa variação refere-se ao incremento em 2021 de IR/CS diferido pelas diferenças temporárias como constituição para provisão contingências e atualização monetária dos contratos de arrendamento. **Lucro Líquido:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o lucro líquido da Companhia reduziu 92,0% ou R\$76,4 milhões, passando de um lucro líquido de R\$83,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, para R\$6,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Essa variação ocorreu devido aos seguintes fatores: (i) Aumento na depreciação e amortização, em função da atualização monetária dos contratos de aluguel; (ii) Incremento da PECLD, refletindo o aumento da receita e ambiente macroeconômico mais desafiador; e (iii) Aumento nas despesas financeiras, reflexo do aumento do CDI. **Balanco Patrimonial**

**Balancos Patrimoniais (em milhares de Reais, exceto %)**

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	Var.% 22/21
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	852.743	1.084.985	27,2%
Contas a receber	215.995	187.816	-13,0%
Tributos a recuperar	28.948	13.557	-53,2%
Outros Ativos	23.508	16.019	-31,9%
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>1.121.194</b>	<b>1.302.377</b>	<b>16,2%</b>
<b>Não circulante</b>			
Contas a receber	21.393	24.273	13,5%
Depósitos judiciais	23.940	18.375	-23,2%
Outros créditos	63.457	46.147	-27,3%
Tributos diferidos	104.087	100.514	-3,4%
Investimentos	146	146	0,0%
Imobilizado, líquido	519.784	485.936	-6,5%
Direito de uso	1.152.355	1.092.179	-5,2%
Intangível, líquido	1.701.266	1.706.070	0,3%
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>3.586.428</b>	<b>3.473.640</b>	<b>-3,1%</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>4.707.622</b>	<b>4.776.017</b>	<b>1,5%</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	3.770	15.122	301,1%
Debêntures	232.154	114.479	-50,3%
Fornecedores	69.368	50.471	-27,2%
Obrigações com partes relacionadas	2.948	2.519	-14,6%
Obrigações trabalhistas	143.412	120.555	-15,9%
Obrigações tributárias	53.446	49.695	-7,0%
Dividendos a pagar	1.569	19.702	1155,7%
Adiantamentos de clientes	40.820	39.242	-3,9%
Passivo de arrendamento	100.379	78.326	-22,0%
Obrigações por aquisição de participações societárias	-	63.688	-100,0%
Receita diferida	722	722	0,0%
Outras contas a pagar	8.095	4.372	-46,0%
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>656.683</b>	<b>559.893</b>	<b>-14,7%</b>
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	-	3.761	-100,0%
Debêntures	831.242	1.042.297	25,4%
Obrigações trabalhistas	8.494	24.847	192,5%
Obrigações tributárias	129.800	136.540	5,2%
Tributos diferidos	16.484	17.278	4,8%
Provisão para demandas judiciais	67.487	65.295	-3,2%
Pass			

→ continuação

CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

foi promovida pela Plataforma Negócios da Comunicação e pelo Centro de Estudos de Comunicação (Cecom) a partir da indicação, por 25 mil jornalistas, de três companhias em cada um dos 30 setores avaliados. **Reclame Aqui:** Pela primeira vez, fomos indicados ao prêmio, que reconhece as melhores e mais eficazes instituições na resolução de problemas do público de acordo com a opinião popular. Conquistamos o terceiro lugar na categoria Educação - Universidades e Faculdades. **Ranking dos investidores:** Em nosso primeiro ano como empresa de capital aberto, fomos destacados em dois rankings do setor de Educação da revista norte-americana *Institutional Investor*, uma das mais renomadas publicações especializadas no setor de equities. Ficamos na terceira colocação tanto em equipe de Relações com os Investidores (RI) quanto em profissional de RI - o Diretor-Executivo de RI, Luis Felipe Bresaola - na avaliação dos investidores (buy side). **Selo IES Amiga da Iniciação Científica:** Semesp - Nossas instituições Braz Cubas, Ceusnp, Fass, Módulo, UDF, Unicid, Unipê, Unifran, UP e Universidade Cruzeiro do Sul detêm a certificação, que visa aumentar a visibilidade da iniciação científica como um importante passo no processo de formação profissional dos estudantes. **Avaliação do MEC:** Recebemos Conceito 5 (em escala de 1 a 5) no Relatório de Avaliação de Recredenciamento da Universidade Cruzeiro do Sul, do Ministério da Educação, atendendo com excelência todos os critérios estabelecidos. **Registro de Patentes:** Reforçando o posicionamento de qualidade acadêmica, pesquisadores da Unicid e Unifran registraram patente sobre insumos gerados em tratamento de esgoto para serem utilizados na agricultura, sendo mais uma forma de contribuir para a sustentabilidade do país. No total, o Grupo possui 11 patentes concedidas, 16 depositadas (três em 2021) e uma licenciada entre Brasil, Japão, Europa e Estados Unidos. **Regulação: Destaque nas avaliações do Ministério da Educação ("MEC"):** Em relação ao IGC (Índice Geral de Cursos), ainda não foram publicados os dados de 2022. Portanto, permanecemos com os mesmos indicadores de IGC do ano anterior: Braz Cubas, FSG e UNIPÊ atingiram a faixa 4 do IGC, além do avanço generalizado no IGC contínuo de todas as IES da Companhia. Assim, o percentual de IGC satisfatório é de 100%, considerando as instituições ativas da Cruzeiro do Sul Educacional. Em relação ao CPC (Conceito Preliminar de Curso), ainda não foram publicados os dados de 2022. Portanto, permanecemos com os mesmos indicadores de CPC do ano anterior: cerca de 98% dos cursos do Grupo foram avaliados com conceito satisfatório, considerando-se os últimos indicadores publicados pelo MEC. Das 246 avaliações de curso, em 2022, alcançamos 95,5% Conceitos de Curso (CC) nas faixas 4 e 5. É importante destacar, ainda, os recredenciamentos EaD da Universidade Cruzeiro do Sul e do Centro Universitário da Serra Gaúcha, com conceito 5 - máximo do MEC. A Cruzeiro do Sul acompanha sistematicamente os resultados das avaliações externas e internas a fim de garantir a qualidade dos seus serviços educacionais, bem como a melhoria contínua dos indicadores de suas instituições e cursos. **Pesquisa e Desenvolvimento:** Reconhecidos por sua excelência na produção de pesquisa, os docentes pesquisadores das IES do Grupo ministram aulas na pós-graduação stricto sensu e na graduação. Isso faz com que os discentes recebam, em sala de aula, um conhecimento sempre atualizado e com base no olhar crítico e científico do professor pesquisador. Também permite que os discentes dos cursos de Graduação tenham a oportunidade de desenvolver projetos de pesquisa em Iniciação Científica. Essa integração amplia a convivência dos alunos já nos primeiros anos de curso ao mundo acadêmico, contribuindo para despertar seu interesse pela investigação científica e tecnológica. Os estudantes da graduação, assim como os de pós-graduação, são estimulados a participar de seminários semanais oferecidos pelos Programas, das discussões semanais dos grupos de pesquisa e dos eventos científicos nacionais e internacionais (workshops, Congressos e Simpósios). Conheça algumas das atividades desenvolvidas pelos docentes dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu - mestrado e doutorado - do Grupo Cruzeiro do Sul em 2022.

Item	Total
Teses e dissertações defendidas (Titulação de mestres e Doutores)	237
Grupos de Pesquisa Científica e Tecnológica Certificados pelo CNPq	102
Professores/Pesquisadores Bolsistas Produtividade CNPq	38
Professores/Pesquisadores entre os melhores e mais influentes Cientistas ( <i>AD Scientific Index</i> - Top. 1000)	39
Foram publicados 4.664 trabalhos científicos em periódicos nacionais e internacionais, no período citado (2017 a 2020), na Plataforma Scupcirpa da CAPES. <b>Pós-graduação: formação de excelência:</b> Temos o orgulho de promover a formação e qualificação de profissionais, cientistas e professores que passam pelos nossos cursos de pós-graduação e que se tornam multiplicadores na geração de conhecimento em outras instituições de Ensino Superior dentro e fora do Brasil, bem como no setor privado. Os professores pesquisadores da Cruzeiro do Sul formaram em 2022, um total de 184 mestres e 53 doutores. Dados, a seguir, por instituição:	

Instituição de Ensino	Mestres titulados	Doutores titulados
Universidade Cidade de São Paulo (UNICID)	42	5
Universidade Cruzeiro do Sul	26	13
Universidade de Franca (UNIFRAN)	41	20
Centro Universitário do Distrito Federal (UDF)	28	-
Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ)	20	-
Universidade Positivo (UP)	27	15
<b>Total</b>	<b>184</b>	<b>53</b>

**Governança Corporativa:** Desde 2021, quando abrimos o capital, as famílias fundadoras atuam de forma estratégica, integrando o Conselho de Administração e comitês temáticos. A cada três meses, esses conselheiros se reúnem com o Diretor-Presidente para assegurar a preservação dos valores que norteiam o negócio, responsáveis pelo sucesso de nossa trajetória. Com vistas ao aprimoramento contínuo da governança, criamos duas vice-presidências em 2022 - de Educação Presencial e de Educação a Distância -, adotando um modelo com lideranças, de forma a imprimir agilidade nas respostas às demandas do mercado e dos clientes. Nossas IES são geridas por profissionais qualificados, que respondem diretamente às vice-presidências de Educação Presencial e de Educação a Distância. Estão ainda estabelecidos Núcleos de Trabalho para a discussão de temas relacionados a sete pilares: Direitos Humanos e Inclusão; Responsabilidade Socioambiental; Empreendedorismo e Trabalhabilidade; Saúde e Bem-Estar; Inovação Acadêmica e Práticas de Extensão; Internacionalização e Redes de Cooperação; e Gestão de Produtos e Resíduos. Os núcleos são compostos por professores representantes das IES e contam com apoio das áreas administrativas para a realização de projetos de impacto social. São indicados para compor o Conselho de Administração, seus Comitês e a Diretoria profissionais qualificados, com comprovada experiência técnica, profissional ou acadêmica, e alinhados aos nossos valores e cultura. A indicação considera critérios como complementaridade de experiências, formação acadêmica, disponibilidade de tempo para o desempenho da função e diversidade. Há também mecanismos informais de avaliação de desempenho dos membros do Conselho de Administração, do(s) comitê(s) que a ele se reporta(m) e da Diretoria, conforme previsão do item 7.1 do Formulário de Referência da Companhia. As avaliações abrangem tanto avaliação do órgão quanto individual. Utilizamos avaliações objetivas e subjetivas: a primeira pode resultar do cumprimento de metas anuais e a subjetiva é realizada por superiores, pares e/ou subordinados, conforme determinado pelo Conselho de Administração. Essas avaliações ocorrem anualmente e, de acordo com os resultados, são implementados planos de ações, para aprimorar o funcionamento dos órgãos. **Conselho de Administração:** O Conselho de Administração é composto por nove membros efetivos, acionistas e não acionistas, todos eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral. No mínimo dois, ou 20% dos seus membros (o que for maior) deve ser composto por conselheiros independentes, de acordo com critérios e requisitos estabelecidos pelo Regulamento do Novo Mercado. Atualmente, temos três conselheiros independentes (33% dos membros). Os mandatos têm prazo de dois anos, sendo permitida a reeleição. O Conselho se reúne ordinariamente uma vez a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário. Com o suporte do Diretor-Presidente e dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração, o órgão é responsável pela fixação de nosso direcionamento estratégico no curto, médio e longo prazos e, por essa razão, também responde pela definição da Missão, Visão e Valores internos, bem como pela aprovação de todas as políticas organizacionais, sempre zelando pela manutenção da ética e da transparência no relacionamento com todos os *stakeholders*. **Comitê de Auditoria:** Órgão de assessora-

mento estatutário vinculado diretamente ao Conselho de Administração, tem autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho. É composto por no mínimo três membros, eleitos pelo Conselho de Administração, para mandatos de dois anos, sendo permitida a reeleição. Pelo menos um dos seus membros deve ser independente e outro com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária. O Comitê de Auditoria se reúne ordinariamente uma vez a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário. Em 2022, O Comitê de Ética e Conduta, antes vinculado à Presidência, passou a se reportar diretamente ao Comitê de Auditoria. Tem como responsabilidades opinar sobre a contratação de auditoria independente; avaliar informações trimestrais e políticas internas; acompanhar o mapeamento e o gerenciamento de riscos; identificar conflitos de interesses e oportunidades de melhoria de controles internos; e garantir que a estrutura esteja dimensionada para cumprir o papel de uma boa governança corporativa, entre outras atribuições. **Comitê de Finanças e M&A:** Órgão de assessoramento (não estatutário) do Conselho de Administração, composto por até cinco membros efetivos, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração, para mandatos de dois anos, sendo permitida a reeleição. É responsável por supervisionar, analisar e opinar sobre operações e demais assuntos de natureza financeira e relativos ao mercado de capitais e acompanhar o planejamento e a gestão financeira interna. Outras atribuições incluem assessoria ao Conselho de Administração sobre o acompanhamento e recomendação de aprovação de operações de combinação de negócios, as políticas financeiras internas (incluindo hedge e limites de crédito das aplicações de caixa), bem como dos descasamentos de moedas e o índice de endividamento (alavancagem); análise de proposta orçamentária anual e plurianual da diretoria a ser aprovada pelo Conselho de Administração e outras propostas da Diretoria; acompanhamento do planejamento financeiro e fluxo de caixa de curto, médio e longo prazo; e outros assuntos solicitados pelo Conselho de Administração. **Comitê de Ética e Conduta:** Órgão de assessoramento (não estatutário) do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria e da Presidência, composto por quatro membros fixos, sendo eles o Diretor-Presidente, a Diretora de Recursos Humanos, a Diretora Jurídica e de *Compliance* e o *head* de Auditoria interna. Pode ainda contar com membros convidados, de acordo com a natureza dos casos analisados. É responsabilidade do órgão zelar para que o nosso compromisso de agir de forma ética, íntegra e transparente seja cumprido e que as atividades sejam conduzidas em conformidade com as leis nacionais e internacionais vigentes, com as melhores práticas de governança corporativa e em consonância com seus valores. Outra atribuição do comitê é analisar todas as preocupações cruciais e reportá-las ao Comitê de Auditoria Estatutário, que se reporta diretamente ao Conselho de Administração. Os reportes são realizados por meio de reuniões ordinárias trimestrais, podendo ocorrer também em encontros extraordinários, a depender da criticidade do assunto tratado. **Comitê Acadêmico:** Órgão de assessoramento (não estatutário) do Conselho de Administração, composto por até cinco membros efetivos, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração, para mandatos de dois anos, sendo permitida a reeleição. É responsável por supervisionar, analisar e opinar sobre operações e demais assuntos de natureza estratégica e relativas ao mercado de capitais e inovações, como o acompanhamento de tendências de mercado, planejamento estratégico, de marketing e inovação da Companhia, identificando demandas, negócios, mercados e nichos de atuação potenciais; acompanha a construção e a implementação do Planejamento Estratégico, propondo ajustes se necessário; assessora a administração no processo de transformação digital e inovação; avalia e propõe cursos, produtos e serviços educacionais; e acompanha as estratégias de *marketing* e comunicação, incluindo as de marcas. **Comitê de Pessoas:** Órgão de assessoramento (não estatutário) do Conselho de Administração, composto por até cinco membros efetivos, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração, para mandatos de dois anos, sendo permitida a reeleição. É responsável por analisar e opinar sobre os assuntos relacionados ao desenvolvimento de seus administradores e profissionais, cultura e ambiente de trabalho e processos relativos à gestão de pessoas, cultura organizacional, sindicais e governança corporativa. **O Código de Conduta:** Ética e transparência são alguns de nossos valores, formalizados no Código de Conduta, aplicado a todos os colaboradores - que assinam termo de ciência e aceite de seus compromissos. Pautado pelas melhores práticas e os princípios da Declaração Universal de Direitos Humanos, o documento expressa diretrizes sobre governança, respeito à identidade e diversidade, não discriminação e combate ao assédio moral e sexual e abuso de poder, entre outros. Também contempla regras relacionadas à integridade e ao combate à corrupção - temas sobre os quais eventuais desvios podem ser reportados ao Canal Seguro. **Canal Seguro:** Com papel estratégico em nosso Programa de Conformidade, o Canal Seguro vem sendo amplamente divulgado em apresentações e treinamentos conduzidos pela área de Conformidade e em comunicados e informações divulgados em nossa intranet, a Rede Cruzeiro. A ferramenta se dispõe a receber denúncias sobre desvios de conduta, identificadas ou anônimas, garantindo o sigilo, a confidencialidade e a apuração adequada dos relatos. Todos os relatos são analisados e encaminhados para tratativa pela área de Conformidade, que conduz o processo de apuração de forma imparcial e delibera sua conclusão, o que pode incluir a aplicação de medidas disciplinares e planos de ação de caráter educativo ou preventivo. Os casos mais críticos ou que envolvam níveis de gestão distintos são deliberados pelo Comitê de Ética e Conduta. A área de Conformidade também pode ser acionada para o esclarecimento de dúvidas, prestar consultoria interna ou receber relatos de preocupações ou denúncias por e-mail e presencialmente. Adicionalmente, em 2022 foi lançado o programa de Embaixadores de Compliance, por meio do qual foram eleitos representantes em todas as unidades de negócio com o objetivo de facilitar a comunicação, disseminação de conteúdo e esclarecimento de dúvidas, fazendo com que a cultura de conformidade seja divulgada e praticada por todos os nossos colaboradores. O Canal Seguro é acessado pelo link <https://www.contatosoc.org.com.br/cruzeiroeducacional>, disponível em todos os sites das instituições que fazem parte do Grupo. **Combate à Corrupção:** A garantia de integridade e o combate à corrupção estão previstos em nosso Código de Conduta e, para materializá-los, adotamos uma série de iniciativas, como a inclusão de cláusulas anticorrupção em nossos contratos, análise de doações, patrocínios, avaliação personalizada em contratos com o poder público, monitoramento de pessoas politicamente expostas em nossos cargos de gestão ou decisão, além de treinamentos envolvendo colaboradores e diretores. **Gestão de pessoas:** A CSED encerrou 2022 com um total de 7.082 colaboradores, sendo 3.104 homens e 3.978, ou seja, 56% da força de trabalho é composta por mulheres. **Talentos que fazem nossa constelação brilhar:** A valorização de nossos colaboradores e a garantia de ambiente organizacional seguro, saudável e inclusivo são compromissos gerenciados pela Diretoria de Recursos Humanos - dedicada a identificar e aplicar melhorias contínuas em nossa cultura corporativa, política de atração, contratação, treinamento, valorização e retenção de talentos. No fim de 2022, contávamos com 7.082 colaboradores em nossos colégios e IES, os quais envolvemos em iniciativas como o Programa de Gestão de Talentos e o Plano de Sucessão, que fortalecem o processo de recrutamento interno. O monitoramento dos dados de gestão de pessoas, especialmente turnover, é feito por meio de indicadores apurados mensalmente. Buscamos o desenvolvimento de nossos colaboradores com a oferta de treinamentos e capacitações o estímulo à educação formal. Nesse sentido, todos têm direito a bolsas de estudos em nossas IES. Em 2022, quando foram oferecidos 2.917 bolsas para colaboradores e seus dependentes. **Capacitação e Educação:** Oferecemos diversos treinamentos aos colaboradores por intermédio de parceiros e, especialmente, via nossa Universidade Corporativa, que, em 2022, concentrou-se na disponibilização de conteúdos relacionados a demandas digitais, além de ter mantido trilhas de desenvolvimento personalizadas que estimulam a autoaprendizagem e as competências essenciais aos nossos negócios. São oferecidos ainda cursos sob demanda, de acordo com necessidade das áreas. A avaliação de desempenho dos colaboradores é atribuição dos gestores de áreas, que contam com o suporte da Diretoria de Recursos Humanos. Com o programa de Gestão de Talentos, lançado em 2022, consolidamos a avaliação regular dos resultados, desempenho e competências dos profissionais, obtendo informações essenciais ao desenvolvimento e à gestão de carreira dos nossos talentos. **Saúde e segurança:** Para garantir

a saúde, segurança e o bem-estar de nossos colaboradores, mantemos Gerência de Saúde, Segurança e Meio Ambiente (SSA) e Política de Saúde, Segurança do Trabalho e Proteção Ambiental, alinhada ao nosso Código de Conduta e à legislação aplicável. Seguimos rigorosamente todas as exigências legais, entre elas as Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho. Também identificamos e gerenciamos continuamente as situações que possam apresentar riscos, e atuamos de forma preventiva por meio do monitoramento periódico de indicadores. Todos os profissionais (100%) estão contemplados no sistema de gestão de saúde e segurança do trabalhador - à exceção dos terceirizados -, que também está de acordo com todos os requisitos legais. Em nossas unidades atuam equipes de técnicos de segurança do trabalho, ambulatórios (nas IES de São Paulo, Curitiba, Franca e João Pessoa) ou rede credenciada de serviços de saúde ocupacional. **Sustentabilidade (ESG):** Acreditamos que a Agenda ESG é inerente às empresas de educação, uma vez que os serviços prestados por elas impactam positiva e diretamente na sociedade via formação cidadã de milhares de estudantes. Em 2022, conduzimos ajustes em nossa estrutura de governança, adotando as melhores práticas do mercado, e avançamos na pauta da sustentabilidade com a incorporação de projetos sobre o tema em nossas IES e por meio da conscientização da comunidade. Nossa gestão ESG tem como missão zelar pelo cumprimento da agenda de sustentabilidade e pelo bom andamento dos projetos e planos de ação relacionados aos pilares social, ambiental e de governança corporativa, atuando em parceria com o Comitê de Pessoas, a Comissão Interna de Sustentabilidade e os Núcleos de Trabalho, além de prestadores de serviço externos, gestores e colaboradores. Nosso propósito é contribuir para a melhoria da qualidade de vida de todos os envolvidos direta e indiretamente com o nosso negócio, com vistas a uma sociedade mais sustentável e resiliente. Por meio da educação, é possível potencializar o desenvolvimento socioeconômico nos entornos das operações, sendo referência em impacto social positivo. **Questões Ambientais:** Nosso compromisso com o meio ambiente vai além da gestão eficiente dos recursos naturais. Envolve também pesquisas por parte das universidades e conscientização de estudantes e comunidades no entorno de nossos campi sobre a importância da preservação. Todos os nossos contratos com fornecedores e outros parceiros incluem cláusulas relacionadas a respeito ambiental, compromisso com a proteção e prevenção e erradicação de práticas danosas. Nossas IES desenvolveram ainda projetos e campanhas alinhados às boas práticas de preservação, ecoeficiência nos processos e economia de recursos, com resultados promissores. No início de 2022, criamos uma área de Gestão Ambiental para avaliar e controlar impactos relacionados, desenvolver planos de ação e definir objetivos, metas e indicadores a serem monitorados. Demos continuidade também à nossa transformação digital, gerando, assim, economia de grande volume de papel. **Questões Sociais: Ações junto às comunidades:** O setor educacional está entre os de maior potencial transformador. Ao levar ensino de qualidade a milhares de pessoas, impulsionamos a qualidade de vida e facilitamos a ascensão social e econômica. Contribuímos ainda com a formação de profissionais da área de saúde, o que traz em atendimento de excelência aos futuros pacientes. Formamos também grande número de pedagogos, que serão responsáveis pela continuidade do ensino - cerca de 80% de nossos egressos atuam em escolas públicas. Em um país de dimensão continental, com renda média per capita baixa, como o Brasil, exercemos papel inclusivo. Com a ampliação de nossos polos de educação a distância alcançamos cidades que nem sempre dispõem de ensino presencial, gerando empregos e qualificando a mão de obra profissional. Com o desenvolvimento de pesquisas, colaboramos também para o progresso científico brasileiro. Em 2022, investimos em novas clínicas de odontologia, fisioterapia, psicologia, medicina veterinária, biomedicina e direito, todas em fase de maturação e com licença validada pelos órgãos competentes locais oferecem atendimento à comunidade local. Por meio de nossas atividades de extensão, proporcionamos diversos atendimentos e criamos projetos com aplicação prática no dia a dia das pessoas ao redor de nossos campi. Com o fim da fase mais crítica da pandemia da Covid-19, retomamos integralmente nossas atividades de responsabilidade social. Nossos cursos oferecem aulas práticas por meio de diversos serviços à comunidade em seus núcleos e clínicas. Dessa forma, os estudantes têm visão mais humanizada de suas profissões, enquanto a população usufrui serviços de qualidade gratuitamente ou por um preço justo. Ao mesmo tempo em que mobilizam os conhecimentos adquiridos, nossos estudantes aprendem a partir da troca com a comunidade. Todos os campi de ensino presencial promovem atendimentos à população intra e extramuros. A assistência é realizada pelos estudantes, acompanhados por docentes e profissionais habilitados nas respectivas áreas de conhecimento. O público atendido é formado principalmente por moradores do entorno das IES e de cidades limítrofes, de diferentes classes sociais. Já os atendimentos extramuros acontecem em parcerias com várias associações, órgãos de classe, empresas, instituições de longa permanência para idosos, ONGs, juizados, indústrias, startups, farmácias, unidades de saúde, escolas, hospitais, laboratórios, clínicas e outros serviços públicos e privados. No ano, implantamos a plataforma *Feegrow* para o aprimoramento do atendimento, com agendamento de consultas on-line e prontuário eletrônico, entre outras funcionalidades. **Remuneração dos Acionistas:** Conforme o estatuto social da Companhia é garantido aos acionistas, a cada exercício social, dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou o montante de R\$1,6 milhão a serem confirmados por deliberação pela assembleia geral dos acionistas. Em 28 de abril de 2022, por meio de assembleia geral ordinária, foi aprovado distribuição de dividendos extraordinários no montante de R\$50,0 milhões, sendo R\$19,7 milhões de dividendos mínimos obrigatórios e R\$30,3 milhões de dividendos adicionais. O pagamento foi realizado no dia 27 de maio de 2022. **Auditeiros Independentes:** A política da Companhia na contratação de eventuais serviços não relacionados à auditoria externa junto ao auditor independente fundamenta-se nos princípios que preservam sua independência, em conformidade com a Instrução CVM nº 381/2003: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. Os honorários referem-se a serviços profissionais prestados na auditoria e nas revisões trimestrais das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, em auditorias societárias e nas revisões interinas de certas subsidiárias, conforme requerido pela legislação pertinente. A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC) foi contratada para prestar os serviços de auditoria externa sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, que foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiros - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Os honorários relativos a esses trabalhos foram de R\$1,9 milhão. **Declaração da Diretoria Executiva:** A Diretoria da Cruzeiro do Sul declara, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e as opiniões expressas no parecer emitido, sem ressalvas, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), emitido em 28 de março de 2022; e (ii) com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **Declaração do Comitê de Auditoria:** Os membros do Comitê de Auditoria da Cruzeiro do Sul, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê de Auditoria e com base nos trabalhos realizados ao longo do exercício de 2022, procederam ao exame e análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e do Relatório da Administração relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pelos auditores independentes, opinam, por unanimidade, que os mesmos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Cruzeiro do Sul e suas controladas e recomendam a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. **Cláusula Compromissória:** A Cruzeiro do Sul Educacional e controladas ("Cruzeiro do Sul" ou "Companhia") estão vinculadas à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme descrito no Capítulo IX do Estatuto Social da Companhia. **Agradecimentos:** A Companhia agradece seus alunos, professores, colaboradores, acionistas e prestadores de serviços por todo o comprometimento dispensado ao longo do ano de 2022. Os resultados aqui descritos só foram possíveis graças ao apoio e à confiança de todos.

A Administração

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balancos Patrimoniais	Controladora		Consolidado		Balancos Patrimoniais	Controladora		Consolidado			
	Notas	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021		Notas	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
Ativo					Passivo						
Circulante					Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	5	447.400	723.289	852.743	1.084.985	Empréstimos e financiamentos	12	-	-	3.770	15.122
Contas a receber	6	52.692	45.089	215.995	187.816	Debêntures	13	-	-	232.154	115.479
Tributos a recuperar	7	17.770	2.489	28.948	13.557	Fornecedores		33.236	18.681	69.368	50.471
Outros créditos	8	70.598	29.696	23.508	16.019	Obrigações com partes relacionadas	17	1.315	1.121	2.948	2.519
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>588.460</b>	<b>800.563</b>	<b>1.121.194</b>	<b>1.302.377</b>	Obrigações trabalhistas	15	56.116	51.191	143.412	120.555
Não circulante						Obrigações tributárias	16	11.831	7.521	53.446	49.695
Contas a receber	6	2.568	2.712	21.393	24.273	Dividendos a pagar	22,4	1.569	19.702	1.569	19.702
Partes relacionadas - A.F.A.C.	17	77.600	132.430	-	-	Adiantamentos de clientes	18	7.508	6.874	40.820	39.242
Depósitos judiciais	19	6.251	2.566	23.940	18.375	Passivo de arrendamento	14	29.328	22.692	100.379	78.326
Outros créditos	8	1.038	-	63.457	46.147	Obrigações por aquisição de participações societárias	20	-	-	-	63.688
Tributos diferidos	25	-	-	104.087	100.514	Receita diferida	21	-	-	722	722
Investimentos	9	807.065	618.001	146	146	Outras contas a pagar		1.200	111	8.095	4.372
Imobilizado, líquido	10	93.081	68.563	519.784	485.936	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>142.103</b>	<b>127.893</b>	<b>656.683</b>	<b>559.893</b>
Direito de uso	14	336.569	336.749	1.152.355	1.092.179	Não circulante					
Intangível, líquido	11	24.356	16.285	1.701.266	1.706.070	Empréstimos e financiamentos	12	-	-	-	3.761
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>1.348.528</b>	<b>1.177.306</b>	<b>3.586.428</b>	<b>3.473.640</b>	Debêntures	13	-	-	831.242	1.042.297
						Obrigações trabalhistas	15	8.494	24.847	8.494	24.847
						Obrigações tributárias	16	-	-	129.800	136.540
						Tributos diferidos	25	93	134	16.484	17.278
						Provisão para demandas judiciais	19	9.670	7.847	67.487	65.295
						Passivo de arrendamento	14	369.285	360.678	1.206.276	1.124.717
						Obrigações por aquisição de participações societárias	20	-	-	372.756	331.714
						Receita diferida	21	-	-	9.508	10.230
						Outras contas a pagar		1.949	2.682	3.498	5.657
						<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>389.491</b>	<b>396.188</b>	<b>2.645.545</b>	<b>2.762.336</b>
						Patrimônio líquido					
						Capital social	22	1.203.576	1.203.576	1.203.576	1.203.576
						Ações em tesouraria	22	(23.133)	-	(23.133)	-
						Reservas de capital	22	161.978	161.978	161.978	161.978
						Reservas de lucros	22	62.973	88.234	62.973	88.234
						<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>1.405.394</b>	<b>1.453.788</b>	<b>1.405.394</b>	<b>1.453.788</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.936.988</b>	<b>1.977.869</b>	<b>4.707.622</b>	<b>4.776.017</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.936.988</b>	<b>1.977.869</b>	<b>4.707.622</b>	<b>4.776.017</b>

continua →



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.

Sua autenticidade pode ser conferida no

QR Code ao lado ou pelo site:

<https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

→ continuação

Demonstrações dos Resultados						Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido																																																																																										
(*) (Reapresentado Nota 1.1)	Notas	Controladora		Consolidado		Notas	Capital social	Ações em tesouraria	Emissão de ações	Reservas de capital		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total																																																																																	
		2022	2021(*)	2022	2021(*)					Total das reservas de capital	Retenção de lucros	Reserva legal	Total das reservas de lucros																																																																																			
Receita líquida	26	482.137	413.977	2.028.320	1.820.615		193.190	161.978	161.978	71.855	24.981	96.836	96.836	82.955	452.004																																																																																	
Custo dos serviços prestados	27	(279.374)	(239.278)	(1.080.179)	(962.746)									82.955	82.955																																																																																	
<b>Lucro bruto</b>		<b>202.763</b>	<b>174.699</b>	<b>948.141</b>	<b>857.869</b>									82.955	82.955																																																																																	
(Despesas) e receitas operacionais:																																																																																																
Despesas gerais, administrativas e comerciais	27	(304.376)	(245.079)	(663.252)	(558.383)		1.071.000								1.071.000																																																																																	
Resultado de equivalência patrimonial	9	94.554	171.597	—	—		(60.614)								(60.614)																																																																																	
Outras receitas, líquidas	27	2.935	3.078	26.757	13.855										(71.855)																																																																																	
<b>Lucro antes das despesas e receitas financeiras</b>		<b>(4.124)</b>	<b>104.295</b>	<b>311.646</b>	<b>313.341</b>					59.105	29.129	88.234	88.234	(4.148)	(19.702)																																																																																	
Receitas financeiras	28.1	72.056	33.769	127.976	57.900									59.105	(59.105)																																																																																	
Despesas financeiras	28.2	(61.367)	(55.028)	(431.582)	(291.704)										—																																																																																	
<b>Lucro antes do IR e da CS</b>		<b>6.565</b>	<b>83.036</b>	<b>8.040</b>	<b>79.537</b>										6.606																																																																																	
IR e contribuição social															—																																																																																	
Corrente	25	—	(129)	(5.801)	(8.841)									330	(330)																																																																																	
Diferido	25	41	48	4.367	12.259									—	(1.569)																																																																																	
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>6.606</b>	<b>82.955</b>	<b>6.606</b>	<b>82.955</b>					4.707	29.459	62.973	62.973	4.707	(4.707)																																																																																	
Média ponderada das ações no exercício	23	381.102.498	364.467.223												—																																																																																	
Lucro básico e diluído por ações em reais	23	0,02	0,23												—																																																																																	
Demonstrações dos Resultados Abrangentes						Demonstrações dos Fluxos de Caixa																																																																																										
(*) (Reapresentado Nota 1.1)	Notas	Controladora		Consolidado		Notas	2022	2021	2022	2021	Notas	Controladora		Consolidado																																																																																		
		2022	2021	2022	2021							2022	2021																																																																																			
Lucro líquido do exercício		6.606	82.955	6.606	82.955																																																																																											
Outros resultados abrangentes		—	—	—	—																																																																																											
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>		<b>6.606</b>	<b>82.955</b>	<b>6.606</b>	<b>82.955</b>																																																																																											
Demonstrações dos Valores Adicionados						Demonstrações dos Fluxos de Caixa																																																																																										
(*) (Reapresentado Nota 1.1)	Notas	Controladora		Consolidado		Notas	2022	2021	2022	2021	Notas	Controladora		Consolidado																																																																																		
		2022	2021(*)	2022	2021(*)							2022	2021																																																																																			
Receitas		1.611.150	1.230.799	5.444.659	4.470.460																																																																																											
Receitas de serviços		1.656.889	1.260.959	5.563.331	4.564.024																																																																																											
Provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa		(46.626)	(30.249)	(135.354)	(98.446)																																																																																											
Resultados não operacionais		883	89	16.631	4.827																																																																																											
Outras receitas		4	—	51	55																																																																																											
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		<b>(227.629)</b>	<b>(176.892)</b>	<b>(516.259)</b>	<b>(441.935)</b>																																																																																											
Material consumidos		(1.590)	(1.220)	(6.440)	(4.043)																																																																																											
Outros custos de produtos e serviços vendidos		(179.025)	(144.862)	(419.840)	(371.658)																																																																																											
Energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais		(46.798)	(30.683)	(87.181)	(65.439)																																																																																											
Perda na realização de ativos		(216)	(127)	(2.798)	(795)																																																																																											
<b>Retenções</b>		<b>(63.089)</b>	<b>(48.485)</b>	<b>(238.772)</b>	<b>(195.526)</b>																																																																																											
Depreciação e amortização e depreciação do direito de uso		(63.089)	(48.485)	(238.772)	(195.526)																																																																																											
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>		<b>1.320.432</b>	<b>1.005.422</b>	<b>4.689.628</b>	<b>3.832.999</b>																																																																																											
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		<b>167.823</b>	<b>207.156</b>	<b>135.565</b>	<b>64.821</b>																																																																																											
Receitas financeiras		72.056	33.769	127.976	57.900																																																																																											
Aluguéis		1.213	1.790	7.589	6.921																																																																																											
Resultado de equivalência patrimonial		94.554	171.597	—	—																																																																																											
<b>Valor adicionado a distribuir</b>		<b>1.488.255</b>	<b>1.212.578</b>	<b>4.825.193</b>	<b>3.897.820</b>																																																																																											
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		<b>1.488.255</b>	<b>1.212.578</b>	<b>4.825.193</b>	<b>3.897.820</b>																																																																																											
<b>Empregados</b>		<b>201.120</b>	<b>178.894</b>	<b>702.498</b>	<b>643.446</b>																																																																																											
Remuneração direta e encargos		175.267	155.545	621.818	572.038																																																																																											
Benefícios		13.761	10.407	36.231	28.611																																																																																											
FGTS		12.092	12.942	44.449	42.797																																																																																											
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		<b>63.082</b>	<b>63.134</b>	<b>222.163</b>	<b>196.837</b>																																																																																											
Federais		39.796	42.457	143.984	127.022																																																																																											
Estaduais		103	48	126	67																																																																																											
Municipais		23.183	20.629	78.053	69.748																																																																																											
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>		<b>61.520</b>	<b>55.374</b>	<b>433.431</b>	<b>293.118</b>																																																																																											
Despesas financeiras		61.367	55.028	431.582	291.704																																																																																											
Aluguéis		153	346	1.849	1.414																																																																																											
<b>Bolsa de estudo</b>		<b>1.155.927</b>	<b>832.221</b>	<b>3.460.495</b>	<b>2.681.464</b>																																																																																											
Bolsa de estudos e descontos		1.155.927	832.221	3.460.495	2.681.464																																																																																											
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>6.606</b>	<b>82.955</b>	<b>6.606</b>	<b>82.955</b>																																																																																											
Lucro líquido do exercício		6.606	82.955	6.606	82.955																																																																																											
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas																																																																																																
<b>1. Contexto operacional:</b> A Cruzeiro do Sul Educacional S.A. ("Cruzeiro do Sul Educacional" ou "Companhia"), com sede em São Paulo-SP, localizada na Rua Cesário Galeno, 432 - Tatupapé, é uma sociedade anônima de capital aberto registrada na B3 S.A. - Bolsa, Brasil, Balcão ("B3"), no segmento especial denominado Novo Mercado, sob o código CSE03 onde negocia suas ações ordinárias. A Companhia e suas controladas diretas e indiretas têm como principais atividades a atuação na prestação de ensino em todos os níveis: a administração de atividade de educação infantil, ensino fundamental, médio, supletivo, pré-vestibular, superior, profissionalizantes, pós-graduação, cursos livres e outras atividades educacionais correlatas; o desenvolvimento do curso em geral e de extensão universitária e pós-graduação por meio presencial ou de qualquer sistema tecnológico de comunicação de dados diretamente para os consumidores, ou por meio de uma rede de parceiros, receptores do sinal televisivo ou de qualquer outro sistema de transmissão de dados; o oferecimento de cursos de aprendizagem, treinamento gerencial e profissional preparatórios para carreira jurídica, atualização profissional, extensão universitária, especialização e monografias; a prestação de serviço de promoção e organização de eventos relacionados ao setor de educação e cursos; o desenvolvimento e a ampliação do conteúdo dos cursos de pós-graduação oferecidos, bem como o desenvolvimento de novos cursos de pós-graduação nas diversas áreas do conhecimento, ministrados de forma tele presencial à distância; a prestação de serviços relativa a cursos, inclusive cursos de idioma e demais atividades correlatas; a edição de material didático, livros e demais atividades correlatas; a gestão de direitos autorais de obras literárias; a prestação de serviços de assessoria, consultoria, orientação e assistência operacional em gestão empresarial no setor de educação; e a participação em outras sociedades, nacional ou estrangeira, na qualidade de sócia ou																																																																																																
acionista controladora no setor de educação. Em 31 de dezembro de 2022, a Cruzeiro do Sul Educacional e suas controladas contavam com dezesseis instituições de ensino superior, sendo Universidades, Centros Universitários e Faculdades, cinco colégios, uma holding e uma empresa patrimonial, conforme abaixo: • Universidade Cruzeiro do Sul, São Paulo - SP; • Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo - SP; • Universidade de Franca, Franca - SP; • Centro Universitário Módulo, Caraguatatuba - SP; • Centro Universitário do Distrito Federal, Brasília - DF; • Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio, Salto e Itu - SP; • Faculdade São Sebastião - São Sebastião - SP; • Faculdade Caraguatatuba, Caraguatatuba - SP; • Sociedade Educacional Santa Rita - RS; • CESUCA - Complexo de Ensino Sup. de Cachoeirinha - RS; • Sociedade Educacional São Bento - RS; • Sociedade Educacional Santa Tereza - RS; • Colégio Cruzeiro do Sul, São Paulo - SP; • Colégio Alto Padrão, Franca - SP; • Colégio São Sebastião, São Sebastião - SP; • Colégio Itu, Itu - SP; • Colégio Salto, Salto - SP; • Grupo Veritas - RS; • Grupo Unipê - PB; • Sociedade Educacional Braz Cubas, Mogi das Cruzes - SP; • Centro de Estudos Superiores Positivo, Curitiba - PR; e • Cesa - Complexo de Ensino Superior Arthur Thomas, Londrina - PR. <b>1.1. Representação das cifras comparativas:</b> Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 - Controladora: A Administração identificou em 2022 a ausência do destaque dos dividendos mínimos obrigatórios a receber das controladas SECID e ACEF referente ao exercício de 2021, no montante de R\$27.277, no Balanço Patrimonial da Controladora em 31 de dezembro de 2021. Deste modo, reapresentamos o Balanço patrimonial - Ativo para as demonstrações financeiras individuais de 31 de dezembro de 2021, da Cruzeiro do Sul Educacional S.A., reclassificando o referido montante da rubrica "Investimentos" para "Outros créditos" (Nota 8). <b>Demonstrações dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 - Controladora e Consolidado:</b> No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram efetuadas reclassificações na demonstração do resultado anual, envolvendo substancialmente as rubricas "Custos dos serviços prestados" e "Despesas gerais e administrativas", decorrentes de alocações indevidas de valores relativos a serviços de terceiros. As informações comparativas das presentes informações estão sendo ajustadas para refletir tais reclassificações nas demonstrações dos resultados individuais e consolidados do exercício.																																																																																																
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Original</th> <th>Ajuste</th> <th>Controladora Reapresentado</th> <th>Original</th> <th>Ajuste</th> <th>Consolidado Reapresentado</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Receita Líquida</td> <td>413.977</td> <td>—</td> <td>413.977</td> <td>1.820.615</td> <td>—</td> <td>1.820.615</td> </tr> <tr> <td>Custo dos serviços prestados</td> <td>(238.869)</td> <td>(409)</td> <td>(239.278)</td> <td>(959.948)</td> <td>(2.798)</td> <td>(962.746)</td> </tr> <tr> <td><b>Lucro Bruto</b></td> <td><b>175.108</b></td> <td><b>(409)</b></td> <td><b>174.699</b></td> <td><b>860.667</b></td> <td><b>(2.798)</b></td> <td><b>857.869</b></td> </tr> <tr> <td>(Despesas) e receitas operacionais</td> <td>(70.813)</td> <td>409</td> <td>(70.404)</td> <td>(547.326)</td> <td>2.798</td> <td>(544.528)</td> </tr> <tr> <td><b>Lucro antes das despesas e receitas financeiras</b></td> <td><b>104.295</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>104.295</b></td> <td><b>313.341</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>313.341</b></td> </tr> <tr> <td>Resultado financeiro</td> <td>(21.259)</td> <td>—</td> <td>(21.259)</td> <td>(233.804)</td> <td>—</td> <td>(233.804)</td> </tr> <tr> <td><b>Lucro antes do IR/CS</b></td> <td><b>83.036</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>83.036</b></td> <td><b>79.537</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>79.537</b></td> </tr> <tr> <td>IR/CS</td> <td>(81)</td> <td>—</td> <td>(81)</td> <td>3.418</td> <td>—</td> <td>3.418</td> </tr> <tr> <td><b>Lucro líquido do exercício</b></td> <td><b>82.955</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>82.955</b></td> <td><b>82.955</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>82.955</b></td> </tr> </tbody> </table>							Original	Ajuste	Controladora Reapresentado	Original	Ajuste	Consolidado Reapresentado	Receita Líquida	413.977	—	413.977	1.820.615	—	1.820.615	Custo dos serviços prestados	(238.869)	(409)	(239.278)	(959.948)	(2.798)	(962.746)	<b>Lucro Bruto</b>	<b>175.108</b>	<b>(409)</b>	<b>174.699</b>	<b>860.667</b>	<b>(2.798)</b>	<b>857.869</b>	(Despesas) e receitas operacionais	(70.813)	409	(70.404)	(547.326)	2.798	(544.528)	<b>Lucro antes das despesas e receitas financeiras</b>	<b>104.295</b>	<b>—</b>	<b>104.295</b>	<b>313.341</b>	<b>—</b>	<b>313.341</b>	Resultado financeiro	(21.259)	—	(21.259)	(233.804)	—	(233.804)	<b>Lucro antes do IR/CS</b>	<b>83.036</b>	<b>—</b>	<b>83.036</b>	<b>79.537</b>	<b>—</b>	<b>79.537</b>	IR/CS	(81)	—	(81)	3.418	—	3.418	<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>82.955</b>	<b>—</b>	<b>82.955</b>	<b>82.955</b>	<b>—</b>	<b>82.955</b>																					
	Original	Ajuste	Controladora Reapresentado	Original	Ajuste	Consolidado Reapresentado																																																																																										
Receita Líquida	413.977	—	413.977	1.820.615	—	1.820.615																																																																																										
Custo dos serviços prestados	(238.869)	(409)	(239.278)	(959.948)	(2.798)	(962.746)																																																																																										
<b>Lucro Bruto</b>	<b>175.108</b>	<b>(409)</b>	<b>174.699</b>	<b>860.667</b>	<b>(2.798)</b>	<b>857.869</b>																																																																																										
(Despesas) e receitas operacionais	(70.813)	409	(70.404)	(547.326)	2.798	(544.528)																																																																																										
<b>Lucro antes das despesas e receitas financeiras</b>	<b>104.295</b>	<b>—</b>	<b>104.295</b>	<b>313.341</b>	<b>—</b>	<b>313.341</b>																																																																																										
Resultado financeiro	(21.259)	—	(21.259)	(233.804)	—	(233.804)																																																																																										
<b>Lucro antes do IR/CS</b>	<b>83.036</b>	<b>—</b>	<b>83.036</b>	<b>79.537</b>	<b>—</b>	<b>79.537</b>																																																																																										
IR/CS	(81)	—	(81)	3.418	—	3.418																																																																																										
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>82.955</b>	<b>—</b>	<b>82.955</b>	<b>82.955</b>	<b>—</b>	<b>82.955</b>																																																																																										
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Original</th> <th>Ajuste</th> <th>Controladora Reapresentado</th> <th>Original</th> <th>Ajuste</th> <th>Consolidado Reapresentado</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Receitas</td> <td>1.230.799</td> <td>—</td> <td>1.230.799</td> <td>4.470.460</td> <td>—</td> <td>4.470.460</td> </tr> <tr> <td>Insumos adquiridos de terceiros</td> <td>(177.553)</td> <td>661</td> <td>(176.892)</td> <td>(442.979)</td> <td>1.044</td> <td>(441.935)</td> </tr> <tr> <td>Retenções</td> <td>(48.485)</td> <td>—</td> <td>(48.485)</td> <td>(195.526)</td> <td>—</td> <td>(195.526)</td> </tr> <tr> <td><b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b></td> <td><b>1.004.761</b></td> <td><b>661</b></td> <td><b>1.005.422</b></td> <td><b>3.831.955</b></td> <td><b>1.044</b></td> <td><b>3.832.999</b></td> </tr> <tr> <td>Valor adicionado recebido em transferência</td> <td>207.156</td> <td>—</td> <td>207.156</td> <td>64.821</td> <td>—</td> <td>64.821</td> </tr> <tr> <td><b>Valor adicionado a distribuir</b></td> <td><b>1.211.917</b></td> <td><b>661</b></td> <td><b>1.212.578</b></td> <td><b>3.896.776</b></td> <td><b>1.044</b></td> <td><b>3.897.820</b></td> </tr> <tr> <td><b>Distribuição do valor adicionado</b></td> <td><b>1.211.917</b></td> <td><b>661</b></td> <td><b>1.212.578</b></td> <td><b>3.896.776</b></td> <td><b>1.044</b></td> <td><b>3.897.820</b></td> </tr> <tr> <td>Empregados</td> <td>178.233</td> <td>661</td> <td>178.894</td> <td>642.463</td> <td>983</td> <td>643.446</td> </tr> <tr> <td>Impostos, taxas e contribuições</td> <td>63.134</td> <td>—</td> <td>63.134</td> <td>196.837</td> <td>—</td> <td>196.837</td> </tr> <tr> <td>Remuneração de capitais de terceiros</td> <td>55.374</td> <td>—</td> <td>55.374</td> <td>293.057</td> <td>61</td> <td>293.118</td> </tr> <tr> <td>Bolsa de estudo</td> <td>832.221</td> <td>—</td> <td>832.221</td> <td>2.681.464</td> <td>—</td> <td>2.681.464</td> </tr> <tr> <td>Lucro líquido do exercício</td> <td>82.955</td> <td>—</td> <td>82.955</td> <td>82.955</td> <td>—</td> <td>82.955</td> </tr> </tbody> </table>							Original	Ajuste	Controladora Reapresentado	Original	Ajuste	Consolidado Reapresentado	Receitas	1.230.799	—	1.230.799	4.470.460	—	4.470.460	Insumos adquiridos de terceiros	(177.553)	661	(176.892)	(442.979)	1.044	(441.935)	Retenções	(48.485)	—	(48.485)	(195.526)	—	(195.526)	<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>	<b>1.004.761</b>	<b>661</b>	<b>1.005.422</b>	<b>3.831.955</b>	<b>1.044</b>	<b>3.832.999</b>	Valor adicionado recebido em transferência	207.156	—	207.156	64.821	—	64.821	<b>Valor adicionado a distribuir</b>	<b>1.211.917</b>	<b>661</b>	<b>1.212.578</b>	<b>3.896.776</b>	<b>1.044</b>	<b>3.897.820</b>	<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>1.211.917</b>	<b>661</b>	<b>1.212.578</b>	<b>3.896.776</b>	<b>1.044</b>	<b>3.897.820</b>	Empregados	178.233	661	178.894	642.463	983	643.446	Impostos, taxas e contribuições	63.134	—	63.134	196.837	—	196.837	Remuneração de capitais de terceiros	55.374	—	55.374	293.057	61	293.118	Bolsa de estudo	832.221	—	832.221	2.681.464	—	2.681.464	Lucro líquido do exercício	82.955	—	82.955	82.955	—	82.955
	Original	Ajuste	Controladora Reapresentado	Original	Ajuste	Consolidado Reapresentado																																																																																										
Receitas	1.230.799	—	1.230.799	4.470.460	—	4.470.460																																																																																										
Insumos adquiridos de terceiros	(177.553)	661	(176.892)	(442.979)	1.044	(441.935)																																																																																										
Retenções	(48.485)	—	(48.485)	(195.526)	—	(195.526)																																																																																										
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>	<b>1.004.761</b>	<b>661</b>	<b>1.005.422</b>	<b>3.831.955</b>	<b>1.044</b>	<b>3.832.999</b>																																																																																										
Valor adicionado recebido em transferência	207.156	—	207.156	64.821	—	64.821																																																																																										
<b>Valor adicionado a distribuir</b>	<b>1.211.917</b>	<b>661</b>	<b>1.212.578</b>	<b>3.896.776</b>	<b>1.044</b>	<b>3.897.820</b>																																																																																										
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>1.211.917</b>	<b>661</b>	<b>1.212.578</b>	<b>3.896.776</b>	<b>1.044</b>	<b>3.897.820</b>																																																																																										
Empregados	178.233	661	178.894	642.463	983	643.446																																																																																										
Impostos, taxas e contribuições	63.134	—	63.134	196.837	—	196.837																																																																																										
Remuneração de capitais de terceiros	55.374	—	55.374	293.057	61	293.118																																																																																										
Bolsa de estudo	832.221	—	832.221	2.681.464	—	2.681.464																																																																																										
Lucro líquido do exercício	82.955	—	82.955	82.955	—	82.955																																																																																										
<b>2. Políticas contábeis:</b> As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> ("IASB") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas estão sendo divulgados na Nota 4. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderão resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e suas controladas. Em atendimento à Deliberação CVM nº 505/2006, a autorização para emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi cedida pelo Conselho de Administração da Companhia em 28 de março de 2023. <b>2.1. Base de Consolidação:</b> As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Cruzeiro do Sul Educacional S.A. e suas controladas apresentadas abaixo:																																																																																																
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Razão social</th> <th>31/12/2022</th> <th>31/12/2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><b>Participação Direta</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Centro de Ensino Unificado do Distrito Federal Ltda. ("UDF")</td> <td></td> <td>99,98%</td> <td>99,98%</td> </tr> <tr> <td>Sociedade Empresária de Ensino Superior do Litoral Norte Ltda. ("Módulo")</td> <td></td> <td>99,40%</td> <td>99,40%</td> </tr> <tr> <td>Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A. ("Unicid" ou "SECID")</td> <td></td> <td>99,99%</td> <td>99,99%</td> </tr> <tr> <td>ACEF S.A. ("Unifran" ou "ACEF</td></tr></tbody></table>							Razão social	31/12/2022	31/12/2021	<b>Participação Direta</b>				Centro de Ensino Unificado do Distrito Federal Ltda. ("UDF")		99,98%	99,98%	Sociedade Empresária de Ensino Superior do Litoral Norte Ltda. ("Módulo")		99,40%	99,40%	Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A. ("Unicid" ou "SECID")		99,99%	99,99%	ACEF S.A. ("Unifran" ou "ACEF																																																																						
	Razão social	31/12/2022	31/12/2021																																																																																													
<b>Participação Direta</b>																																																																																																
Centro de Ensino Unificado do Distrito Federal Ltda. ("UDF")		99,98%	99,98%																																																																																													
Sociedade Empresária de Ensino Superior do Litoral Norte Ltda. ("Módulo")		99,40%	99,40%																																																																																													
Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A. ("Unicid" ou "SECID")		99,99%	99,99%																																																																																													
ACEF S.A. ("Unifran" ou "ACEF																																																																																																

→ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto: • Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável ou prejuízo fiscal. • Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente, são de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social. Tributos diferidos relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os tributos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. **Tributos sobre as vendas:** As regras do PROUNI definem que estão isentas do PIS e da COFINS as receitas auferidas pela Companhia e suas controladas, sobre todas as atividades operacionais vinculadas à graduação tradicional e tecnológica. Para as demais receitas de ensino superior, a incidência do PIS e a COFINS segue as alíquotas de 0,65% e 3%, respectivamente e, para as atividades não relacionadas ao ensino superior, a incidência do PIS é apurado pela alíquota de 1,65% e a COFINS a 7,6%. Vale ainda destacar que, a partir de julho de 2015 a Companhia e suas controladas, passaram a recolher PIS e COFINS sobre os rendimentos com aplicações financeiras, com alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente. Sobre as receitas das atividades de ensino, incide o ISS e de acordo com cada Município as alíquotas são de 2% a 5%.

**2.5. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. **2.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente registrados pela Companhia e suas controladas, quando se tornam parte de disposições contratuais de determinado instrumento. **2.6.1. Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para a gestão destes ativos financeiros. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado; • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumuladas; • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumuladas no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida ser classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descaimento contábil. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, como as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

**Desreconhecimento:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram. • A Companhia e suas controladas transferiram seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia e suas controladas transferiram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia e suas controladas nem transferiram nem reteram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência, além do contas a receber de alunos (uma perda de crédito esperada vitalícia). Para os ativos financeiros passíveis de análise de redução ao valor recuperável não foi reconhecida nenhuma perda esperada no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, pois de acordo com a avaliação da Companhia e suas controladas além do risco associado ser baixo, não há histórico de perdas. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. **2.6.2. Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia e controladas incluem fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos, debêntures, e instrumentos financeiros derivativos. **Mensuração subsequente:** A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e/ou controladas que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros, forem atendidos. A Companhia e suas controladas não designaram nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao custo amortizado:** Após o reconhecimento inicial, empréstimos, financiamentos e debêntures contraiados sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos, financiamentos e debêntures contraiados, sujeitos a juros. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **2.6.3. Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **2.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Os saldos de contas a receber da Companhia estão ajustados a valor presente conforme demonstrado na Nota 6. **2.8. Investimentos em controladas:** Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma controlada é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da controlada a partir da data de aquisição. O ágio relativo à controlada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado

nem individualmente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos. A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da controlada. Eventual variação em outros resultados abrangentes dessas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da controlada, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não possui efeitos em outros resultados abrangentes ou registrados diretamente no patrimônio líquido derivados das demonstrações financeiras de suas controladas. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a controlada são eliminados em proporção à participação na controlada. A soma da participação da Companhia nos resultados de uma controlada é apresentada na demonstração do resultado, fora do lucro operacional, representando o resultado após os impostos e participações de não controladores nas controladas. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece a perda, quando aplicável, no resultado do exercício. Ao perder influência significativa sobre a controlada, mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da controlada, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação, serão reconhecidos no resultado. **2.9. Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos como parte do custo do imobilizado em construção. A Companhia não possui ativos qualificáveis nos exercícios apresentados. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e/ou suas controladas e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repositado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Ativo	Prazo
Acervo bibliográfico	10 anos
Equipamento de informática	05 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações	10 anos
Equipamentos audiovisuais	10 anos
Benefeitorias em propriedades de terceiros	(a)
Direito de uso	(b)

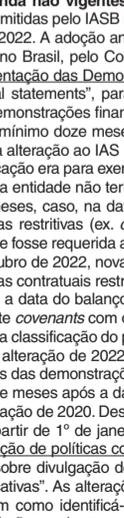
(a) Com base nos contratos de locação, a vida útil das benefeitorias em propriedades de terceiros gira em torno de 03 a 20 anos, variando de acordo com o período de utilização dos ativos. (b) Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, que variam em torno de 03 a 20 anos. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. **2.10. Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. **A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida:** Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Ativo	Prazo
Carteira de clientes	04 a 09 anos
Marcas	25 anos a 25 anos e meio
Licenças MEC	Indefinida
Claúsulas de não concorrência	05 anos
Polos de ensino	04 anos e 05 meses a 14 anos e 01 mês
Produção de materiais - EAD	04 anos
Softwares	05 anos

**Valorização da carteira de alunos:** A valorização da carteira de alunos foi estimada através do método de Fluxo de Caixa Descontado, baseada nas informações internas de alunos remanescentes e geração de caixa destes alunos até a formatura, considerando receitas, custos diretos e índice de contribuição de outras despesas e ativos para geração deste resultado. **Licenças MEC:** As licenças concedidas pelo MEC para o curso de Medicina foram estimadas através do método de mensuração pela abordagem da renda. O método é uma derivação do método do fluxo de caixa descontado. O princípio fundamental é que o valor de um ativo intangível corresponde ao valor presente das diferenças entre os fluxos de caixa de dois cenários: um considerando o cenário de geração de fluxos de caixa atual e outro considerando uma reconstrução do ativo considerando a curva de evolução necessária para que os fluxos sejam equiparados. Considerando ser um ativo intangível de vida útil indefinida, foi efetuado teste de recuperabilidade conforme descrito na nota 11.3. **2.11. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido do valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflete o custo médio ponderado de capital aplicável para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos: **Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura:** Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. **Ativos intangíveis com vida útil indefinida:** Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Após a conclusão dos testes de recuperação dos ativos, que foram realizados para a data-base de 31 de outubro de 2022, a Companhia não identificou elementos que indiquem a necessidade de constituição de provisão para impairment em 31 de dezembro de 2022. **Ativos intangíveis, imobilizados e direito de uso com vida útil definida:** Ativos intangíveis, imobilizados e direito de uso com vida útil definida são amortizados e depreciados, respectivamente, bem como avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo. A avaliação da existência de indicativos de perda do valor econômico é realizada no mínimo anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. **2.12. Arrendamento:** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificável por um período de tempo em troca de contraprestação. **Companhia como arrendatária:** A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para fazer frente aos seus compromissos com arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Ativos de direito de uso:** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, de acordo com o prazo contratual. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a

redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 2.11. **Passivos de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento (fluxo de caixa descontado real). Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa (tais como a inflação que é incorporada ao passivo de arrendamento e direito de uso quando aplicada na data-base de reajuste dos aluguéis), e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa, geralmente percentuais sobre a receita líquida sobre os serviços prestados da Companhia, e são reconhecidos como custos dos serviços prestados no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo e financiamento incremental (taxa nominal) na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor (a Companhia tem como política considerar ativos de baixo valor aqueles cujo valor do ativo quando novo é igual ou inferior a R\$ 20). Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **2.13. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia e/ou suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e/ou suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado, do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.14. Benefícios a empregados: Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e/ou suas controladas possuem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviços passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **Plano de remuneração baseado em ações:** Os executivos da Companhia podem receber remuneração que são baseadas em ações (liquidáveis em dinheiro). Os valores relativos à remuneração baseada em ações, liquidáveis em caixa, são registrados como uma provisão a pagar, com sua contrapartida no resultado do exercício, com base no valor justo das *units* no período de aquisição ao direito de exercício. O valor justo deste passivo é revisado e atualizado a cada período de divulgação de resultados trimestrais e anuais, de acordo com a variação do valor justo do benefício outorgado e a aquisição do direito de exercício pelos beneficiários. **2.15. Adiantamentos de clientes:** São apresentados no passivo circulante e correspondem aos valores recebidos antecipadamente, relativos a cursos que serão ministrados no período seguinte e que são reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência em decorrência da obrigação de desempenho definida pelo CPC 47/IFRS 15 - Contratos com clientes. **2.16. Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício dividido pelo número médio ponderado de ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média ponderada das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados. A Companhia e/ou suas controladas não possuem operações com instrumentos diluidores que influenciam no cálculo do lucro diluído, portanto, o lucro diluído por ação é igual ao valor do lucro básico por ação. **2.17. Receita diferida:** Como a mudança do CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil para a norma CPC 06 (R2) - Arrendamentos, foi identificado um arrendamento em uma controlada indireta da CEUNSP que nos termos da norma, não se qualifica como arrendamento mercantil e sim como um retroarrendamento do imóvel. A aplicação de sale and leaseback, resultou em um ganho auferidos na transação, e à luz da norma, este ganho foi registrado no passivo da Companhia como uma receita diferida que está sendo amortizado ao longo do prazo do arrendamento. **2.18. Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for favorável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e/ou suas controladas e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre vendas. O CPC 47/IFRS 15, estabelece um modelo de cinco etapas que se aplicam sobre a receita obtida a partir de um contrato com cliente, independentemente do tipo de transação da receita: • Quando as partes do contrato aprovarem o contrato e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações; • Quando a entidade puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços transferidos; • Quando a entidade puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos; • Quando o contrato possuir substância comercial; e • Quando for provável que a entidade receberá a contraprestação a qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente. A seguir apresentamos as políticas adotadas nas receitas advindas das atividades operacionais do Grupo: **Prestação de serviços:** As receitas incluem mensalidades de ensino superior (graduação e pós-graduação), ensino médio e fundamental, presenciais ou a distância, mensalidade de cursos de extensão e taxas de serviços. As receitas são registradas quando os serviços são prestados. **Venda de produtos:** A receita pela comercialização de produtos é reconhecida no cumprimento das obrigações ao transferir o produto ao cliente, podendo ser em momento específico seu reconhecimento ao longo do contrato, conforme o acordo comercial assumido. A Companhia e suas controladas utilizam a política de reconhecimento de receita na data em que o produto é entregue ao comprador, visto que os principais produtos são livros e apostilas. **2.19. Receitas financeiras e despesas financeiras:** Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros está incluída na rubrica "Receita financeira", na demonstração do resultado. **2.20. Demonstrações dos fluxos de caixa ("DFC") e do valor adicionado ("DVA"):** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7). A Companhia apresenta as operações de pagamentos de juros de empréstimos, financiamentos e passivo de arrendamento como atividade de financiamento. A DVA foi preparada de acordo com o Pronunciamento CPC 9 - Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação complementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs. **2.21. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022:** Não há novas normas CPC, IFRS ou interpretações IFRIC que entraram em vigor no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **2.22. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As seguintes alterações de normas aplicáveis à Companhia foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). **Alteração ao IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis"** De acordo com o IAS 1 - "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex. *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. **Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:** Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações materiais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a

continua →



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.

Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:

<https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

→ continuação

## Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

"IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** A alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro:** A alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **3. Avaliação das informações por segmento:** Em função da concentração de suas atividades, substancialmente, na atividade de ensino superior, a Companhia está organizada e é gerenciada em uma única unidade de negócio. Os cursos oferecidos pela Companhia, embora sejam destinados a um público diverso, e entregues em formatos diferentes como campi e polos, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada. **4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas requerem que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo riscos que podem causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão relacionados a seguir: **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e/ou suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. **Provisão para demandas judiciais:** A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Companhia e suas controladas diretas e indiretas estão sujeitas no curso normal dos negócios a fiscalizações, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, entre outras. Dependendo do objeto das investigações sobre os processos judiciais ou procedimentos administrativos, a Companhia e suas controladas, podem ser adversamente afetadas, independentemente do respectivo resultado final. Conforme exposto, não é possível garantir que estas autoridades não atuarão a Companhia e suas controladas, nem que estas autuações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco, o resultado final tanto dos eventuais processos administrativos quanto dos judiciais. **Tributos:** Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de tributos já registrada. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O método do passivo de contabilização do imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e os respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferido ativo é revisado na data de cada balanço e reduzido ao montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o ativo fiscal. **Provisão para perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa:** A provisão para perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa é calculada de acordo com as diretrizes do CPC 48/IFRS 9. Como consequência da adoção da norma, a Companhia passou a mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa com base na perda esperada e não mais com base na perda incorrida. A Companhia utiliza o expediente prático previsto na norma, e aplica o modelo simplificado na mensuração da perda esperada para a vida toda do contrato, através da utilização de dados históricos e da segmentação da carteira de recebíveis em grupos que possuem o mesmo padrão de recebimento e os mesmos prazos de vencimento. **Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário e períodos de contrato:** A Companhia não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao direito de uso do ativo em ambiente econômico similar. A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo. A adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16 permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que esta escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares. A Companhia adotou o referido expediente prático de determinar agrupamentos para seus contratos de arrendamento em escopo por entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos conforme as seguintes premissas: (a) ativos de naturezas similares; e (b) prazos remanescentes com relação à data de aplicação inicial similares. **Determinação do prazo de arrendamento:** Ao determinar o prazo do arrendamento, a Administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido). Para arrendamentos de centros acadêmicos, os fatores a seguir normalmente são os mais relevantes: Se a rescisão (ou não prorrogação) incorrer em multas significativas, é razoavelmente certo de que a Companhia irá efetuar a prorrogação (ou não irá efetuar a rescisão). Se houver benfeitorias em imóveis de terceiros com saldo residual significativo, é razoavelmente certo de que a Companhia irá prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento. Adicionalmente, a Companhia considera outros fatores, incluindo as práticas passadas referentes aos períodos de utilização de tipos específicos de ativos (arrendados ou próprios) e de duração de arrendamentos, e os custos e a interrupção nos negócios necessárias para a substituição do ativo arrendado. Essa avaliação é revisada caso ocorra um evento ou mudança significativa nas circunstâncias que afete a avaliação inicial e que esteja sob o controle do arrendatário, como por exemplo, se uma opção é de fato exercida (ou não exercida) ou se a Companhia fica obrigada a exercê-la (ou não exercê-la).

**5. Caixa e equivalentes de caixa:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	14	14	26	26
Banco conta movimento	2.998	1.308	43.434	16.317
Equivalentes de caixa	444.388	721.967	809.283	1.068.642
<b>Total</b>	<b>447.400</b>	<b>723.289</b>	<b>852.743</b>	<b>1.084.985</b>

O grupo de caixa e equivalentes de caixa é composto pelos numerários mantidos em caixa, conta correntes bancárias e aplicações financeiras de curto prazo que possuem prazo de realização inferior a 90 dias, sem risco de alteração de valor quando do resgate antecipado. Em 31 de dezembro de 2022, as aplicações de renda fixa, estão concentradas em operações de CDB, substancialmente indexadas à variação de 101% a 102,8% do CDI (99% a 106,25% do CDI em 31 de dezembro de 2021), firmadas com instituições financeiras nacionais de primeira linha.

**6. Contas a receber:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Mensalidades (i)	114.785	95.758	360.758	346.517
Crédito universitário (ii)	2.653	3.928	62.392	59.155
Acordos em andamento (iii)	11.802	9.029	62.882	47.440
Cartões a receber (iv)	12.960	9.649	54.448	40.724
Outras contas a receber (iv)	265	284	1.195	1.188
<b>Subtotal</b>	<b>142.465</b>	<b>118.648</b>	<b>541.675</b>	<b>495.024</b>
Provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (v)	(85.730)	(70.163)	(290.907)	(278.375)
Ajuste a valor presente	(1.475)	(684)	(13.380)	(4.560)
<b>Total</b>	<b>55.260</b>	<b>47.801</b>	<b>237.388</b>	<b>212.089</b>
Circulante	52.692	45.089	215.995	187.816
Não circulante	2.568	2.712	21.393	24.273

(i) Corresponde às mensalidades a receber dos alunos provenientes da prestação de serviços da atividade de ensino. (ii) Compreende as mensalidades a receber objeto de financiamento mediante os programas disponíveis na Companhia e suas controladas, tais como Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e parcelamentos próprios. O FIES é um financiamento educacional operacionalizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e que tem o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal como agentes financeiros. Os valores contratados pelos alunos são repassados em forma de Certificados Financeiros do Tesouro Série E (CFT-E), que são títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional. Esses títulos podem ser utilizados para compensação de tributos federais ou convertidos em caixa. Para que o aluno contrate o FIES, é necessário que seja apresentado fiador ou que o aluno opte pelo Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC), um fundo administrado pela CEF com finalidade de garantir parte do risco em operações de crédito educativo. O parcelamento próprio é uma modalidade de cobrança que permite aos alunos pagar a dívida no dobro do tempo do curso. Os valores são atualizados conforme reajuste dos preços dos serviços e sem a incidência de juros. (iii) Referem-se a títulos negociados de acordo com a política de cobrança, em que os juros e multas podem ou não ser isentos de acordo com a negociação. Tais negociações ocorrem, principalmente, por meio de cartões, crédito e débito, ou boletos. Caso haja receita financeira, ela é reconhecida no momento do recebimento. (iv) Parte substancial do saldo é representado pela rubrica de cartões a receber decorrente de mensalidades e valores a receber de escritórios de cobrança terceirizados. (v) A Companhia e suas controladas constituem provisão para créditos de liquidação duvidosa por meio de análise dos saldos de mensalidades e acordos conforme suas faixas de vencimento e estimativa de perda de cada carteira. Também são constituídas provisões para parcelamentos próprios e FIES, de acordo com a estimativa da futura inadimplência. Nessa metodologia, a cada faixa de vencimento de cada carteira é atribuído um percentual de probabilidade de perda, que é recorrentemente provisionada. A administração da Companhia avalia constantemente a necessidade da alteração nos percentuais de provisão para perda com o objetivo de refletir o impacto causado pelo ambiente macroeconômico do país. Os montantes são considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das mensalidades, negociações a receber e outros ativos a receber conforme as diretrizes do CPC 48/IFRS 9. Instrumentos Financeiros. A movimentação da provisão para créditos para perdas estimadas com liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
<b>Saldos em 31/12/2020</b>	<b>96.800</b>	<b>427.685</b>

Constituições de provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

	30.249	98.446
Baixa contra contas a receber (i)	(56.886)	(247.756)
<b>Saldos em 31/12/2021</b>	<b>70.163</b>	<b>278.375</b>

Constituições de provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

	46.626	135.354
Baixa contra contas a receber (i)	(31.059)	(122.822)
<b>Saldos em 31/12/2022</b>	<b>85.730</b>	<b>290.907</b>

(i) Quando o atraso atinge uma faixa de vencimento superior a 2 anos o título é baixado, bem como a respectiva provisão para perdas. Mesmo para os títulos baixados, os esforços de cobrança continuam e os respectivos recebimentos são reconhecidos diretamente ao resultado quando de sua realização. A composição dos valores a receber por faixa de vencimento é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado					
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021				
<b>A vencer</b>	<b>24.214</b>	<b>17%</b>	<b>20.340</b>	<b>17%</b>	<b>164.801</b>	<b>30%</b>	<b>135.477</b>	<b>27%</b>
Crédito universitário	2.653	2%	3.928	3%	62.392	12%	59.155	12%
Mensalidades a receber	1	0%	1	0%	397	0%	752	0%
Acordos em andamento	8.335	6%	6.478	6%	46.370	9%	33.658	7%
Cartões a receber	12.960	9%	9.649	8%	54.447	10%	40.724	8%
Outras contas a receber	265	0%	284	0%	1.195	0%	1.188	0%
<b>Vencidos</b>	<b>118.251</b>	<b>83%</b>	<b>98.308</b>	<b>83%</b>	<b>376.874</b>	<b>70%</b>	<b>359.547</b>	<b>73%</b>
Até 180 dias	46.347	33%	40.510	34%	155.944	29%	146.614	30%
Acima de 180 dias	71.904	50%	57.798	49%	220.930	41%	212.933	43%
<b>Total</b>	<b>142.465</b>	<b>100%</b>	<b>118.648</b>	<b>100%</b>	<b>541.675</b>	<b>100%</b>	<b>495.024</b>	<b>100%</b>

**7. Tributos a recuperar:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
IRRF sobre aplicação financeira	12.443	1.930	20.377	9.148
IRRF sobre folha de pagamento	4.767	-	4.786	10
INSS a recuperar	558	558	3.703	3.660
Demais impostos a recuperar	2	1	82	739
<b>Total</b>	<b>17.770</b>	<b>2.489</b>	<b>28.948</b>	<b>13.557</b>

**10. Imobilizado: 10.1. Controladora:**

Custo	Saldos em			
	31/12/2020	Adições	Baixas	Transf.
Acervo bibliográfico	11.365	312	-	-
Equipamentos de informática	23.677	5.888	-	-
Máquinas e equipamentos	29.800	3.049	-	-
Móveis e utensílios	20.584	3.184	-	-
Instalações	2.435	4	-	-
Benfeitorias em propriedades de terceiros	20.533	16	-	15.355
Imobilizações em andamento (i)	10.164	9.402	-	(15.355)
Outras imobilizações	4.497	2.002	(858)	-
	<b>123.055</b>	<b>23.857</b>	<b>(858)</b>	<b>-</b>

Depreciação	Saldos em			
	31/12/2020	Adições	Baixas	Transf.
Acervo bibliográfico	(9.511)	-	-	-
Equipamentos de informática	(16.894)	(435)	-	-
Máquinas e equipamentos	(20.079)	(3.100)	-	-
Móveis e utensílios	(12.383)	(1.319)	-	-
Instalações	(2.336)	(975)	-	-
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(6.292)	(53)	-	-
Imobilizações em andamento	-	(1.977)	-	-
Outras imobilizações	(2.399)	(469)	731	-
	<b>(69.894)</b>	<b>(8.328)</b>	<b>731</b>	<b>-</b>
	<b>53.161</b>	<b>15.529</b>	<b>(127)</b>	<b>-</b>

(i) O grupo de imobilizações em andamento corresponde substancialmente a gastos com reforma de imóveis e adequação dos ambientes para a utilização das aulas nos campus. Após a validação e finalização das obras para utilização do espaço, os valores são transferidos para a rubrica de benfeitorias em imóveis de terceiros e depreciados conforme contrato de locação. **10.2. Consolidado:**

Custo	Saldos em			
	31/12/2020	Adições	Baixas	Transf.
Terenos	80.390	-	-	-
Prédios	104.058	-	-	104.058
Acervo bibliográfico	75.168	503	-	14
Equipamentos de informática	116.331	14.126	(2.541)	9
Máquinas e equipamentos	143.452	10.548	(1.629)	66
Móveis e utensílios	107.562	5.625	(902)	64
Instalações	28.407	161	(13)	3
Benfeitorias em propriedades de terceiros	117.862	2.583	(16)	62.470
Imobilizações em andamento (i)	84.737	24.803	(41)	(62.470)
Outras imobilizações	13.198	2.113	(922)	-
	<b>871.165</b>	<b>60.462</b>	<b>(6.064)</b>	<b>156</b>

Depreciação	Saldos em			
	31/12/2020	Adições	Baixas	Transf.
Prédios	(13.640)	(3.433)	-	-
Acervo bibliográfico	(59.708)	(3.850)	-	-
Equipamentos de informática	(93.052)	(9.908)	2.528	(18)
Máquinas e equipamentos	(88.708)	(9.846)	1.559	(516)
Móveis e utensílios	(73.510)	(5.898)	733	(64)
Instalações	(24.262)	(762)	12	(473)
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(40.359)	(9.566)	-	915
Outras imobilizações	(7.676)	(1.076)	795	-
	<b>(400.915)</b>	<b>(44.339)</b>	<b>5.627</b>	<b>(156)</b>
	<b>470.250</b>	<b>16.123</b>	<b>(437)</b>	<b>-</b>

Custo	Saldos em			
	31/12/2020	Adições	Baixas	Reclassif.
Ágio em aquisições de investimentos	1.111.115	-	-	-
Mais-valia - Marcas	194.885	-	-	(761)
Mais-valia - Carteira de clientes	116.543	-	-	-
Mais-valia - Licenças MEC	252.054	-	-	-
Mais-valia - Polos de ensino	93.333	-	-	-
Mais-valia - Relacionamento com clientes	10.844	-	-	-
Mais-valia - Cláusula de não concorrência	24.177	-	-	-
Marcas	-	-	-	761
Produção de materiais - EAD	39.694	1.119	-	-
Softwares	77.010	32.810	(358)	196
<b>Total do Custo</b>	<b>1.919.655</b>	<b>33.929</b>	<b>(358)</b>	<b>196</b>

(i) O grupo de imobilizações em andamento corresponde substancialmente a gastos com reforma de imóveis e adequação dos ambientes para a utilização das aulas nos campus. Após a validação e finalização das obras para utilização do espaço, os valores são transferidos para a rubrica de benfeitorias em imóveis de terceiros e depreciados conforme contrato de locação.

**11. Intangível: 11.1. Controladora:**

Custo	Saldos em			Amortizações
	31/12/2020	Adições	31/12/2021	
Produção de materiais - EAD	15.315	1.119	16.434	18.257
Softwares	30.657	9.349	40.006	20.623
<b>Total do Custo</b>	<b>45.972</b>	<b>10.468</b>	<b>56.440</b>	<b>60.673</b>

**11.2. Consolidado:**

Custo	Saldos em			Amortizações
	31/12/2020	Adições	31/12/2021	
Produção de materiais - EAD	15.315	1.119	16.434	18.257
Softwares	30.657	9.349	40.006	20.623
<b>Total do Custo</b>	<b>45.972</b>	<b>10.468</b>	<b>56.440</b>	<b>60.673</b>

**11.3. Consolidado:**

Custo	Saldos em			Amortizações
	31/12/2020	Adições	31/12/2021	
Produção de materiais - EAD	15.315	1.119	16.434	18.257
Softwares	30.657	9.349	40.006	20.623
<b>Total do Custo</b>	<b>45.972</b>	<b>10.468</b>	<b>56.440</b>	<b>60.673</b>

→ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

	Saldos em 31/12/2020			Saldos em 31/12/2021			Saldos em 31/12/2022			Descrição	Controladora	Consolidado
<b>Amortização</b>												
Mais-valia - Marcas	(16.771)	(6.856)	-	(23.601)	(6.855)	-	(30.456)	-		<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>250.117</b>	<b>877.114</b>
Mais-valia - Carteira de clientes	(63.471)	(15.524)	-	(78.995)	(15.524)	-	(94.519)	-		Adição de novos contratos	39.894	58.079
Mais-valia - Polos de ensino	(9.726)	(6.695)	-	(16.421)	(6.696)	-	(23.117)	-		Baixas por descontinuidade dos arrendamentos	(312)	(907)
Mais-valia - Relacionamento com clientes	(9.837)	(785)	-	(10.622)	(103)	-	(10.725)	-		Remensuração decorrente dos ajuste por inflação corrente (i)	78.285	259.521
Mais-valia - Cláusula de não concorrência	(12.424)	(2.965)	-	(15.389)	(2.966)	-	(18.355)	-		Depreciação no exercício	(31.235)	(101.628)
Marcas	-	-	-	(26)	-	-	(26)	-		<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>336.749</b>	<b>1.092.179</b>
Produção de materiais - EAD	(37.874)	(1.811)	-	(39.685)	(362)	-	(40.047)	-		Direito de uso	413.157	1.333.936
Softwares	(47.494)	(14.923)	-	(62.613)	(31.479)	-	(94.092)	-		(-) Depreciação acumulada	(76.408)	(241.757)
<b>Total da Amortização</b>	<b>(197.597)</b>	<b>(49.559)</b>	<b>-</b>	<b>(247.352)</b>	<b>(63.985)</b>	<b>-</b>	<b>(311.337)</b>	<b>-</b>		<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>336.749</b>	<b>1.092.179</b>
<b>Total</b>	<b>1.722.058</b>	<b>(15.630)</b>	<b>(358)</b>	<b>1.706.070</b>	<b>(4.804)</b>	<b>-</b>	<b>1.701.266</b>	<b>-</b>				

Em 31 de dezembro de 2022, os saldos dos intangíveis identificados por Unidades Geradoras de Caixa estavam representados da seguinte forma:

	Ágio	Marcas	Carteira de Clientes	Licenças MEC	Polos de Ensino	Relac. com Clientes	Cláusula de não Concorrência
Módulo	9.026	-	-	-	-	-	-
UDF	43.251	-	-	-	-	-	-
Unicid	126.789	7.685	-	15.940	-	-	-
Unifran	107.924	7.183	-	3.020	-	-	-
FASS	7.728	-	-	-	-	-	-
Colégio São Sebastião	3.026	-	-	-	-	119	-
CEUNSP	63.219	7.388	-	-	-	-	-
Veritas	102.609	22.302	1.741	112.564	-	-	-
Unipê	201.921	32.520	-	37.637	-	-	247
Braz Cubas	216.503	22.465	10.798	-	10.130	-	1.144
Positivo	218.536	64.128	9.485	82.893	60.086	-	4.431
Cesa	10.583	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1.111.115</b>	<b>163.671</b>	<b>22.024</b>	<b>252.054</b>	<b>70.216</b>	<b>119</b>	<b>5.822</b>

Os ativos classificados como softwares correspondem à aquisição e custos de implementação de softwares operacionais da Companhia e suas controladas, sua taxa de amortização é fixada em 20% anuais para aquisições de sistemas de softwares sem prazo de vigência e 100% anuais para aquisições de sistemas de softwares com vigência de 12 meses. Os ágios gerados nas aquisições são mensurados como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração dos resultados. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas de valor recuperável. Ágios e outros ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém a perda de valor recuperável é testada, no mínimo, uma vez ao ano. As parcelas dos ágios não alocadas foram identificadas através de laudo de mensuração do valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos e alocação do preço de aquisição dos negócios adquiridos, conforme CPC 15 (R1)/IFRS 3 - Combinação de Negócios. O valor de licença MEC (Ministério da Educação), que foi identificado com vida útil indefinida, de acordo com estudo preparado por empresa independente, também é submetido anualmente à análise de recuperabilidade (teste de impairment).

**11.3. Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa contendo ágio nas aquisições de participações:** Em 31 de outubro de 2022 a Administração efetuou a análise de recuperabilidade de seus ativos intangíveis de vida útil indefinida e não identificou indicadores de impairment. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos intangíveis. A Companhia considera como Unidade Geradora de Caixa (Business Unit) a gestão acadêmica, comercial e administrativa das unidades, cada entidade existente, conforme disposto no item 6, do CPC 01 (R1)/IAS 36 Redução ao valor recuperável de ativos, conforme demonstrado abaixo:

	UGC's em 31/12/2022	UGC's em 31/12/2021
<b>Entidades</b>		
Unifran	Unifran	Unifran
Unicid	Unicid	Unicid
UDF	UDF	UDF
CEUNSP	Ceunsp	Ceunsp
Veritas	Sul	Sul
Módulo	Litoral Norte	Litoral Norte
FASS	Litoral Norte	Litoral Norte
Colégio São Sebastião	Litoral Norte	Litoral Norte
Ipê Educacional	Nordeste	Nordeste
Ipê Patrimonial	Nordeste	Nordeste
Sociedade Educacional Braz Cubas	Braz Cubas	Braz Cubas
Centro de Estudos Superior Positivo	Positivo	Positivo
Cesa - Complexo de Ensino Superior Arthur Thomas	Positivo	Positivo

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas apresentadas a seguir. **Principais premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa descontados:** As principais premissas utilizadas no cálculo do valor recuperável são a taxa média de desconto nominal, números de anos, ganho de margem anual pelo período de cinco anos e crescimento do EBITDA projetado, conforme abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Taxa de desconto (i)	12,50%	13,50%
Período de projeção (ii)	5 anos	5 anos
Crescimento de alunos (iii)	2,0%	2,0%
Crescimento na perpetuidade (iv)	5,0%	5,0%
Crescimento da receita (v)	7,4%	7,9%
Crescimento da margem EBITDA (vi)	0,5%	0,5%

(i) A taxa de desconto das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) é uma taxa antes dos tributos e foi estimada baseada na experiência da Administração com os ativos destas

Empresa	Emissão	Série	Data da emissão	Vencimento
ACEF	2ª	Única	24/09/2018	24/03/2025
SECID	1ª	Única	10/09/2018	10/09/2025
ACEF	3ª	Única	23/12/2019	23/12/2026
SECID	2ª	Única	02/03/2020	02/03/2027

(i) A Companhia cedeu fiduciariamente em favor dos debenturistas: (a) a totalidade dos direitos creditórios da titularidade da Santa Rita e CESUCA decorrentes dos pagamentos de mensalidades e taxas dos alunos; (b) eventual fração, se houver necessidade de complemento do valor mínimo, dos direitos creditórios da titularidade da Companhia, decorrentes dos pagamentos de mensalidades e taxas dos alunos; (c) alienação fiduciária das ações da Santa Rita e Veritas; (d) alienação fiduciária das quotas da Santa Tereza, São Bento e CESUCA; e (e) fiança da Companhia, que é solidariamente responsável por todas as obrigações e garantias às debêntures. (ii) A Companhia cedeu fiduciariamente em favor dos debenturistas: (a) a totalidade dos direitos creditórios da titularidade da Unipê, decorrentes dos pagamentos de mensalidades e taxas dos alunos; (b) alienação fiduciária das quotas da Unipê; e (c) fiança da Companhia, que é solidariamente responsável por todas as obrigações e garantias às debêntures. (iii) A Companhia cedeu fiduciariamente em favor dos debenturistas: (a) alienação fiduciária das quotas da Braz Cubas; (b) a totalidade dos direitos creditórios da titularidade da Braz Cubas decorrentes dos pagamentos de mensalidades e taxas dos alunos; e (c) fiança da Companhia, que é solidariamente responsável por todas as obrigações e garantias às debêntures. (iv) A Companhia cedeu fiduciariamente em favor dos debenturistas: (a) alienação fiduciária de 100% das quotas da Positivo; (b) alienação fiduciária de 100% das quotas da CESA; (c) a totalidade dos direitos creditórios da titularidade da Positivo; (d) a totalidade dos direitos creditórios da titularidade da CESA; e (e) fiança da Companhia, que é solidariamente responsável por todas as obrigações e garantias às debêntures. **13.2. Cláusulas restritivas ("Covenants"):** As debêntures contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros, os quais são apurados anualmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da fiadora, Cruzeiro do Sul Educacional. O resultado do quociente da divisão da dívida financeira líquida e o EBITDA, com exceção da 2ª e 3ª emissões da ACEF que é utilizado o EBITDA Ajustado: • Para a 2ª emissão da ACEF o resultado deverá ser igual ou inferior a 3,0x, descontados de todos os impactos do IFRS-16. • Para a 3ª da ACEF o resultado deverá ser igual ou inferior a 3,0x, descontados de todos os impactos do IFRS-16. • Para a 1ª emissão da SECID o resultado deverá ser igual ou inferior 3,0x, descontados de todos os impactos do IFRS-16 e das obrigações por aquisição de participações societárias; e • Para a 2ª emissão da SECID o resultado deverá ser igual ou inferior a 3,0x, descontados de todos os impactos do IFRS-16 e das obrigações por aquisição de participações societárias. Na data de medição de 31 de dezembro de 2022, a Companhia atingiu todos os índices requeridos descritos acima. **13.3. Movimentação:**

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	1.157.776	1.317.883
Pagamento de juros	(139.558)	(62.567)
Pagamento de principal	(101.493)	(167.930)
Apropriação dos juros	146.000	69.236
Amortização do custo	671	1.154
Saldo final	<b>1.063.396</b>	<b>1.157.776</b>

**16.1. Parcelamentos:** Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos de parcelamentos são representados por:

	Unicid	Unipê	Braz Cubas	Unipê	Unicid	Braz Cubas	Unipê	Braz Cubas	Braz Cubas	Braz Cubas	Braz Cubas	Braz Cubas	Total
Valor original	49.866	10.632	7.866	1.731	606	2.228	430	27	670	7.855	1.107	43.795	126.813
(-) Pagamentos	(10)	(9.375)	(2.412)	(350)	-	-	-	-	-	-	-	-	(12.147)
Multa	-	2.530	-	6.742	64	453	34	-	134	-	-	6.094	16.051
Juros	-	14.033	-	10.910	212	40	13	5	9	3.947	516	45.702	75.387
Encargos	-	2.071	-	775	-	-	40	-	-	-	-	8.962	11.848
<b>Saldo consolidado</b>	<b>49.856</b>	<b>19.891</b>	<b>5.454</b>	<b>19.808</b>	<b>882</b>	<b>2.721</b>	<b>517</b>	<b>32</b>	<b>813</b>	<b>11.802</b>	<b>1.623</b>	<b>104.553</b>	<b>217.952</b>
(-) Reconhecimento dos benefícios pela redução de multa e juros	(9.364)	(8.131)	(1.241)	(11.619)	-	-	-	-	-	-	-	-	(30.355)
(-) Utilização de prejuízo fiscal	(8.565)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.565)
<b>Saldo a pagar</b>	<b>31.927</b>	<b>11.760</b>	<b>4.213</b>	<b>8.189</b>	<b>882</b>	<b>2.721</b>	<b>517</b>	<b>32</b>	<b>813</b>	<b>11.802</b>	<b>1.623</b>	<b>104.553</b>	<b>179.032</b>
(+) Atualização	25.688	7.833	2.254	1.722	156	344	594	5	108	562	53	40.706	80.025
(-) Pagamentos	(49.295)	(9.815)	(4.249)	(5.954)	(702)	(2.624)	(874)	(33)	(817)	(11.965)	(1.676)	(24.635)	(112.639)
<b>Saldo a pagar em 31/12/2022</b>	<b>8.320</b>	<b>9.778</b>	<b>2.218</b>	<b>3.957</b>	<b>336</b>	<b>441</b>	<b>237</b>	<b>4</b>	<b>104</b>	<b>399</b>	<b>-</b>	<b>120.624</b>	<b>146.418</b>

	Unicid	Unipê	Braz Cubas	Unipê	Unicid	Braz Cubas	Unipê	Braz Cubas	Braz Cubas	Braz Cubas	Braz Cubas	Braz Cubas	Total
Valor original	49.866	10.632	7.866	1.731	606	2.228	430	27	670	7.855	1.107	43.795	126.813
(-) Pagamentos	(10)	(9.375)	(2.412)	(350)	-	-	-	-	-	-	-	-	(12.147)
Multa	-	2.530	-	6.742	64	453	34	-	134	-	-	6.094	16.051
Juros	-	14.033	-	10.910	212	40	13	5	9	3.947	516	45.702	75.387
Encargos	-	2.071	-	775	-	-	40	-	-	-	-	8.962	11.848
<b>Saldo consolidado</b>	<b>49.856</b>	<b>19.891</b>	<b>5.454</b>	<b>19.808</b>	<b>882</b>	<b>2.721</b>	<b>517</b>	<b>32</b>	<b>813</b>	<b>11.802</b>	<b>1.623</b>	<b>104.553</b>	<b>217.952</b>

UGC's e na média ponderada do custo de capital da Companhia, a qual corresponde a taxa nominal. (ii) Crescimento na captação de alunos no EAD e no Presencial em 2% entre 2023 e 2027. (iii) As projeções devem abranger, como regra geral, o período máximo de cinco anos, a menos que se justifique, fundamentadamente, um período mais longo. (iv) Taxa de perpetuidade de 5,0% a.a. A Companhia acredita ser viável o alcance dos resultados projetados para períodos superiores a cinco anos, dado sua experiência e capacidade de gestão, na integração e expansão de geração de caixa de unidades adquiridas, bem como nas características específicas que o setor possui, como baixa penetração e altas taxas de crescimento no histórico recente. (v) Crescimento de receita através de novas turmas, reposicionamento de preço e captação de alunos advindo de novas praças. (vi) Ganho de margem EBITDA ajustado 0,5%, com ganho de eficiência devido a escalabilidade do negócio. **Análise de sensibilidade das premissas:** Considerando o cenário em que ocorra a redução de 10% na principal premissa de crescimento no número de alunos, não foi identificado nenhuma necessidade de ajuste ao valor recuperável. Os valores utilizados nas principais premissas representam a melhor estimativa da Administração do futuro das unidades geradoras de caixa e foram baseadas em fontes internas (dados históricos) e externas (Censo do Ensino Superior).

**12. Empréstimos e financiamentos: 12.1. Composição:**

Modalidade	Encargos financeiros	Consolidado 31/12/2022	31/12/2021
Contratos de arrendamento (i)	Taxa prefixada até 1,8% a.m.	11	102
Cédula de Crédito Bancário (CCB) (ii)	Variação CDI + taxa fixa de 1,60% a.a.	3.759	18.781
		<b>3.770</b>	<b>18.883</b>
		3.770	15.122
		-	3.761

(i) Refere-se substancialmente à aquisição de bens por meio de arrendamento. (ii) A controlada UDF, no dia 24 de março de 2020, celebrou uma Cédula de Crédito Bancário no valor de R\$30.000. A operação possui vencimento de 36 meses a partir da data de emissão, sendo o vencimento 25 de fevereiro de 2023. O valor principal será amortizado em 8 parcelas trimestrais e consecutivas durante a vigência do contrato, a serem pagas todo dia 25 dos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro, a partir de 25 de maio de 2021.

**12.2. Movimentação:**

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	18.883	54.180
Apropriação de juros	2.372	2.534
Pagamento de juros	(1.562)	(4.180)
Pagamento de principal (i)	(15.058)	(33.651)
<b>Saldo final</b>	<b>3.770</b>	<b>18.883</b>

(i) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o principal pagamento efetuado foi da controlada UDF cumprindo o cronograma de pagamentos, no montante de R\$15.000, à título de CCB firmado junto ao Banco do Brasil. **Garantias:** Os contratos de arrendamento mercantil têm como garantia o próprio bem adquirido. A garantia da conta garantida é a própria carteira de títulos a receber mantida na instituição financeira.

**13. Debêntures: 13.1. Composição:**

Modalidade	Encargos financeiros	Consolidado 31/12/2022	31/12/2021
Debêntures - ACEF	Taxa CDI + 1,60 a.a.	189.978	234.890
Debêntures - SECID	Taxa CDI + 1,40 a.a.	258.318	296.200
Debêntures - ACEF	Taxa CDI + 1,35 a.a.	141.339	154.753
Debêntures - SECID	Taxa CDI + 1,40 a.a.	473.761	471.933
		<b>1.063.396</b>	<b>1.157.776</b>
		232.154	115.479
		831.242	1.042.297

As debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, com garantia adicional real e fidejussória, para distribuição pública e com esforços restritos de distribuição, possuem as seguintes características:

Quant.	Valor unitário	Valor emissão	Pagamento principal e juros	Garantias
3.000	100	300.000	Semestral (Mar. e Set.)	(i)
330.000	1	330.000	Semestral (Mar. e Set.)	(ii)
155.000	1	155.000	Semestral (Jun. e Dez.)	(iii)
470.000	1	470.000	Mensal	(iv)

Em 31 de dezembro de 2022 apresentava o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	2ª emissão ACEF	1ª emissão SECID	3ª emissão ACEF	2ª emissão SECID	Consolidado
2023	53.298	85.068	27.027	66.761	232.154
2024	46.680	74.250	27.125	84.000	232.055
2025	90.000	99.000	27.125	84.000	300.125
2026</					

→ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cruzeiroiro do Sul Educacional S.A.

**Demonstrativo de parcelamento**

(-) Reconhecimento dos benefícios pela redução de multa e juros

(-) Utilização de prejuízo fiscal

**Saldo a pagar**

(+) Atualização

(-) Pagamentos

**Saldos a pagar em 31/12/2021**

	Unicid	Unipê	Braz Cubas	Unipê	Unicid	Braz Cubas	Unipê	Braz Cubas	Braz Cubas	Braz Cubas	Braz Cubas	Braz Cubas	Total
(-) Reconhecimento dos benefícios pela redução de multa e juros	(9.364)	(8.131)	(1.241)	(11.619)	-	-	-	-	-	-	-	-	(30.355)
(-) Utilização de prejuízo fiscal	(8.565)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.565)
<b>Saldo a pagar</b>	<b>31.927</b>	<b>11.760</b>	<b>4.213</b>	<b>8.189</b>	<b>882</b>	<b>2.721</b>	<b>517</b>	<b>32</b>	<b>813</b>	<b>11.802</b>	<b>1.623</b>	<b>104.553</b>	<b>179.032</b>
(+) Atualização	23.869	7.141	2.080	1.352	110	277	581	4	91	225	27	29.655	65.412
(-) Pagamentos	(42.954)	(8.226)	(3.603)	(5.424)	(619)	(1.972)	(842)	(25)	(620)	(9.311)	(1.405)	(16.155)	(91.156)
<b>Saldos a pagar em 31/12/2021</b>	<b>12.842</b>	<b>10.675</b>	<b>2.690</b>	<b>4.117</b>	<b>373</b>	<b>1.026</b>	<b>256</b>	<b>11</b>	<b>284</b>	<b>2.716</b>	<b>245</b>	<b>118.053</b>	<b>153.288</b>

a) Parcelamento Federal - REFIS IV, instituído pela legislação: - Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/09, possibilitando o parcelamento de todos os débitos Federais em todas as esferas, vencidos até 2008, caso débitos em discussão judicial obrigatória desistência para adesão. As reduções com percentuais variáveis de acordo com a quantidade de parcelas optadas, sendo multa, juros, honorários e encargos, possibilitando a utilização para abatimentos da dívida com prejuízos fiscais e base negativa, caso existente. A consolidação de iniciativa da Receita Federal do Brasil ocorreu em 2011. As controladas Unicid, Braz Cubas e Unipê aderiram ao parcelamento em 2009, optando por 180 parcelas. - Reaberturas do parcelamento REFIS - Em todos os períodos habilitados aplicava-se as mesmas reduções, benefícios e tipos de débitos permitidos, variando as reduções de acordo com a modalidade da quantidade de parcelas optadas: - Lei 12.865, de 9 de outubro de 2013 - abrangendo possibilidade de inclusão dos débitos vencidos até 2008. A controlada Unipê aderiu em 2013, optando por 180 meses. - Lei 12.996, de 18 de junho de 2015, abrangendo possibilidade de inclusão dos débitos vencidos até 2013. A Companhia aderiu em 2015, optando por 60 parcelas. b) Parcelamento Federal: PERT - acomodado pela Lei 13.496 de 24 de outubro de 2017, onde apresenta a possibilidade de parcelamento dos débitos vencidos até 2017 de todas as esferas Federais, com as reduções e percentuais variáveis de acordo com a quantidade de parcelas optadas, sendo multa, juros, honorários e encargos, possibilitando a utilização para abatimentos da dívida com prejuízos fiscais e base negativa, caso existente. As controladas Unipê e Unicid aderiram em 2017, optando por 145 e 150 parcelas respectivamente. c) Parcelamento Federal - Parcelamento Simplificado: regido pela Lei 10.522 de 19 de julho de 2002, sem redução na multa e juros, com atualizações realizadas pelo saldo, com base na taxa SELIC/mês. A controlada Braz Cubas com adesão em 2018, optou por pagamentos em 60 parcelas. d) Parcelamento FGTS - definido pela Resolução CCFGTS nº 765 de 09 de dezembro de 2014, permitindo parcelar débitos em qualquer esfera oriundos de FGTS, sem reduções, com atualizações pelo saldo remanescente através da Taxa Referencial, juros 3% ao mês e Multa de 8% na data da apuração do débito. A controlada Unipê aderiu em setembro de 2014 referente dívida de 2005, em 180 parcelas e referente a dívida de 2009 aderiu em setembro de 2016, em 60 parcelas. A controlada Braz Cubas aderiu em julho de 2014 referente a dívida de junho de 2009 até dezembro de 2010, em 180 parcelas. e) Parcelamento Federal - Parcelamento Simplificado Cofins: regido pela Lei 10.522 de 19 de julho de 2002, sem redução na multa e juros, com atualizações realizadas pelo saldo, com base na taxa SELIC/mês. Adesão em 2018 optando por pagamentos em 60 parcelas. f) Parcelamento Federal - Parcelamento Simplificado IRRF e CSRF: regido pela Lei 10.522 de 19 de julho de 2002, sem redução na multa e juros, com atualizações realizadas pelo saldo, com base na taxa SELIC/mês. Adesão em 2018 optando por pagamentos em 60 parcelas. g) Parcelamento Municipal de ISS, regido pela Lei Complementar nº 74/2010, destinado a regularizar débitos tributários no Município de Mogi das Cruzes até 2019, com atualização monetária e juros de mora por ano. A Braz cubas aderiu em 2015 a este parcelamento para pagamento em 84 parcelas e em 2019 em 36 parcelas. h) Parcelamento Municipal de IPTU, regido pela Lei Complementar nº 136/2017, destinado a regularizar débitos tributários no Município de Mogi das Cruzes até 2019, com atualização monetária e juros de mora por ano. A Braz cubas aderiu em 2015 a este parcelamento para pagamento em 84 parcelas e em 2019 em 36 parcelas. i) O Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies), instituído pela Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012, tem como objetivo assegurar condições para a continuidade das atividades de entidades mantenedoras de instituições de ensino superior integrantes do sistema de ensino federal, por meio da aprovação de plano de recuperação tributária e da concessão de moratória de dívidas tributárias federais. As mantenedoras que tiverem o requerimento de moratória e parcelamento deferidos poderão proceder ao pagamento de até 90% (noventa por cento) do valor das prestações mensais mediante a utilização de certificados emitidos pelo Tesouro Nacional, na forma de títulos da dívida pública em contrapartida às bolsas Proies integrais concedidas em cursos de graduação presenciais com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação. A controlada Braz Cubas aderiu em novembro/2017, optando por 180 parcelas.

**17. Partes relacionadas: 17.1. Controladora:**

	31 de dezembro de 2022			31 de dezembro de 2021		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
<b>Com controladas (I)</b>						
Unicid	57.600	-	-	1.000	-	-
Unifran	15.700	-	-	93.750	-	-
Módulo	4.300	-	-	1.410	-	-
UDF	-	-	-	36.270	-	-
<b>Outras partes relacionadas (II)</b>						
HG Cruzeiroiro do Sul Empr. e Participações S.A.	-	693	(8.254)	-	592	(7.003)
FP Incorporadora Ltda.	-	518	(6.216)	-	440	(5.277)
Motriz Participações Ltda. (III)	-	104	(1.233)	-	89	(1.049)
<b>Total</b>	<b>77.600</b>	<b>1.315</b>	<b>(15.703)</b>	<b>132.430</b>	<b>1.121</b>	<b>(13.329)</b>

	31 de dezembro de 2022			31 de dezembro de 2021		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
<b>Partes relacionadas</b>						
Adiantamento para futuro aumento de capital	77.600	-	-	132.430	-	-
<b>Total</b>	<b>77.600</b>	<b>1.315</b>	<b>-</b>	<b>132.430</b>	<b>1.121</b>	<b>-</b>

**17.2. Consolidado:**

	31 de dezembro de 2022		31 de dezembro de 2021	
	Passivo	Resultado	Passivo	Resultado
<b>Outras partes relacionadas (II)</b>				
Motriz Participações Ltda. (III)	1.384	(16.279)	1.187	(13.803)
HG Cruzeiroiro do Sul Empr. e Participações S.A.	1.046	(12.486)	892	(10.595)
FP Incorporadora Ltda.	518	(6.216)	440	(5.277)
<b>Total</b>	<b>2.948</b>	<b>(34.981)</b>	<b>2.519</b>	<b>(29.675)</b>

(i) Os adiantamentos para futuro aumento de capital correspondem a valores enviados pela Companhia às suas controladas com expectativa de integralização ao seu capital social em um período de até 12 meses, sendo os principais da Unicid e Unifran para pagamento das debêntures (parcelas da 1ª, 2ª e 3ª emissão) e contas a pagar por aquisições de participações societárias, sendo: da Unifran (R\$15.700); Unicid (R\$57.600); e Módulo (R\$4.300). (ii) Refere-se ao montante total das parcelas mensais de aluguel dos seguintes imóveis: Campus São Miguel Paulista, Anália Franco e Pinheiros, Ginásio de Esportes, Clínica Veterinária, UDF, Módulo e Campus Ceunsp - Salto. Os contratos de aluguel celebrados entre as partes possuem prazo de vigência entre 3 e 15 anos, contendo cláusula de prorrogação automática, sendo que todos os contratos possuem reajuste anual pelo índice IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) tomando como base a data de sua assinatura. A totalidade das obrigações com os respectivos arrendamentos estão demonstradas na Nota 14. Os impactos de resultado correspondem aos juros incorridos sobre passivos de arrendamentos firmados com as respectivas empresas, conforme descrito na Nota 14.2. (iii) A Controlada CEUNSP celebrou um contrato de compromisso de compra e venda de um bem imóvel com a Motriz Participações Ltda., o valor do ganho de capital foi contabilizado como receitas diferidas conforme Nota 21. **17.3. Remuneração dos administradores:** De acordo com a Lei das Sociedades por Ações é de responsabilidade da Assembleia Geral, fixar o montante global ou individual da remuneração dos administradores. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a remuneração total (salários e participação nos lucros) dos conselheiros, dos diretores e dos principais executivos da Companhia foi de R\$16.580 (R\$16.594 em 31 de dezembro de 2021), e está registrado na rubrica de "Despesas gerais e administrativas", a qual está dentro dos limites aprovados em assembleia geral juntamente com as contas anuais em consonância com o orçamento anual aprovado pelo Conselho de Administração. Adicionalmente, em setembro de 2020, a Companhia, em função da possibilidade da realização de determinados eventos de liquidez, celebrou acordo de bônus de retenção com alguns membros da Administração. Em 31 de dezembro de 2022 o valor da provisão é de R\$12.374 (R\$38.225 em 31 de dezembro de 2021). **17.4. Programa de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações - Phantom Share e PPR Diferido:** Em reunião realizada pelo Conselho de Administração em 15 de dezembro de 2022, foi aprovado o Programa de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações - Phantom Share e PPR Diferido que estabelece os termos e condições para o pagamento de um prêmio em dinheiro, referenciado ao valor da ação da Companhia. O Plano de incentivo de Longo Prazo concedido pela Cruzeiroiro do Sul aos seus executivos tem o intuito de incentivar os beneficiários do plano a tomar decisões, adotar ações e liderar suas equipes para exceder as expectativas de ganhos de capital e retorno de investimentos dos acionistas. O Plano de Incentivo consiste em dois programas distintos - Phantom Shares e PPR diferido, sendo esse último vinculado à métrica de retorno das ações da Companhia. O programa de Phantom Shares e PPR diferido envolve o pagamento de um valor em caixa ao beneficiário, que será calculado com base em uma quantidade definida de *units*. As *units* são valores de referência baseados na cotação média da ação da Companhia. Até 31 de dezembro de 2022, a Companhia outorgou 1.020.195 *units*. O programa de PPR Diferido representa 70% das *units* concedidas, no qual a quantidade de *units* de referência para o pagamento em caixa varia conforme o *Total Shareholder Return* (TSR) que deverá ser analisado de duas maneiras: i) comparado a um custo de capital próprio estimado; e ii) comparado com o retorno das ações de um grupo definido de empresas do mesmo setor. Em 31 de dezembro de 2022 o valor do passivo correspondente a esse prêmio está registrado no passivo não circulante na rubrica "Obrigações trabalhistas", e sua contrapartida no resultado na rubrica "Salários e encargos sociais", no montante de R\$788. **17.4.1. Programa de Incentivo de Longo Prazo - Phantom Shares:** O programa de Phantom Shares contempla o direito sobre as *units*, cuja concessão (*grant date*) foi aprovada e registrada em ata de Reunião do Conselho de Administração ocorrida em 10 de fevereiro de 2022. Para adquirir o direito de receber o pagamento em caixa referente às *units*, os beneficiários devem permanecer na Companhia por um período de 3 anos. O valor da Unit é definido com base na média ponderada pelo volume dos preços da ação CSESD3 (VWAP) na B3, nos 45 pregões anteriores à data da primeira reunião do Conselho de Administração que ocorrerá no ano de 2025. **17.4.2. Programa de Incentivo de Longo Prazo - PPR Diferido:** O objetivo do Programa de Incentivo de Longo Prazo - PPR Diferido é o de alinhar os interesses dos beneficiários com a Companhia no longo prazo, para garantir a perenidade do negócio e dos resultados alcançados. As regras para cálculo do valor da *unit* são idênticas às do programa de Phantom Shares. Para adquirir o direito de receber o pagamento em caixa das *units*, os beneficiários tam-

bém devem permanecer na Companhia por um período de 3 anos. Adicionalmente, o programa estabelece uma meta para distribuição de resultados em caixa, com base no *Total Shareholder Return* (TSR), que é o ganho percentual do retorno total do capital investido pelo acionista, calculado pela variação do valor da *unit* e adicionados os dividendos distribuídos. O percentual de atingimento das metas, comparado com a performance de mercado de certos partes da Companhia, determinará o valor do incentivo de longo prazo a ser distribuído aos beneficiários. Logo, o PPR Diferido, além de incentivar a permanência do beneficiário nos quadros da Companhia, alinha os pagamentos do Programa com a criação de valor para os acionistas. A tabela seguinte apresenta o movimento ocorrido no Plano de Incentivo de Longo Prazo no período de 31 de dezembro de 2021 a 31 de dezembro de 2022: A Companhia decidiu mensurar os seus respectivos valores justos, tomando como base o valor justo dos instrumentos baseados em ações concedidas, pois não consegue mensurar o valor dos serviços recebidos pelos participantes. Para determinação do valor justo dos instrumentos utilizou-se método de simulação de Monte Carlo para especificação de ativos, considerando que a ação siga um processo estocástico de Wiener Generalizado com o Lema de Itô também conhecido como Movimento Browniano. **18. Adiantamentos de clientes:** Correspondem, substancialmente, aos valores recebidos de forma antecipada dos alunos referentes as mensalidades que serão objeto de prestação de serviços nos próximos meses/períodos. Normalmente estes adiantamentos ocorrem no início dos semestres (período de matrículas) e a apropriação da receita ocorre de acordo com o regime de competência. **19. Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais:** Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas estão expostas a contingências e riscos. A provisão para demanda judicial é estabelecida por valores atualizados para todos os processos, sendo eles de natureza cível, tributário e trabalhista em discussão nas esferas judiciais e administrativas, com base nas opiniões dos consultores jurídicos, sendo provisionados os casos em que a perda é considerada provável. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as contingências provisionadas estão relacionadas aos processos cíveis, tributários e trabalhistas, e estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Processos cíveis	3.578	3.249	11.912	10.987
Processos tributários	630	672	4.899	3.917
Processos trabalhistas	5.462	3.926	50.676	50.391
<b>Total</b>	<b>9.670</b>	<b>7.847</b>	<b>67.487</b>	<b>65.295</b>

A movimentação da provisão para as demandas judiciais está descrita abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	Cíveis	Tributários	Trabalhistas	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>3.475</b>	<b>648</b>	<b>3.295</b>	<b>7.418</b>
Adições	569	-	241	810
Reversões	(840)	(101)	(174)	(1.115)
Pagamentos	(772)	-	(73)	(845)
Atualização monetária	817	125	637	1.579
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>3.249</b>	<b>672</b>	<b>3.926</b>	<b>7.847</b>
Adições	2.073	-	1.122	3.195
Reversões	(364)	(121)	(510)	(995)
Pagamentos	(2.052)	-	-	(2.052)
Atualização monetária	672	79	924	1.675
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>3.578</b>	<b>630</b>	<b>5.462</b>	<b>9.670</b>

	Controladora		Consolidado	
	Cíveis	Tributários	Trabalhistas	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>10.573</b>	<b>3.782</b>	<b>36.174</b>	<b>50.529</b>
Adições	1.817	-	4.948	6.765
Reversões	(2.274)	(100)	(1.687)	(4.061)
Pagamentos	(1.809)	-	(612)	(2.421)
Atualização monetária	2.205	124	2.282	4.611
Processos Ex Mantenedor	475	111	9.286	9.872
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>10.987</b>	<b>3.917</b>	<b>50.391</b>	<b>65.295</b>
Adições	4.161	766	4.233	9.160
Reversões	(1.549)	(121)	(3.178)	(4.848)
Pagamentos	(3.817)	-	(2.169)	(5.986)
Atualização monetária	1.337	80	2.578	3.995
Processos Ex Mantenedor	793	257	(1.179)	(129)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>11.912</b>	<b>4.899</b>	<b>50.676</b>	<b>67.487</b>

As obrigações acessórias entregues pela Companhia estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciários, referentes a períodos variáveis de tempo, também estão sujeitos à revisão pelas autoridades fiscais. **19.1. Processos cíveis com perda provável:** Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das ações de natureza jurídica e administrativa, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a Administração mantém provisão (consolidado) no montante de R\$11.912 em 31 de dezembro de 2022 (sendo R\$10.987 em 31 de dezembro de 2021). Dentre as ações que possuem risco provável que envolvem, principalmente, pedidos de indenização por falha na prestação de serviços, danos materiais e morais decorrentes de supostas cobranças indevidas ou alegação de vícios nos serviços prestados de natureza acadêmica e operacional, que totalizam prováveis perdas no montante de R\$4.532 em 31 de dezembro de 2022 (R\$5.887 em 31 de dezembro de 2021). **Ações relevantes:** O Ministério Público Federal ajuizou Ação Civil Pública em 2007 contra a Cruzeiroiro do Sul, UNICID e diversas outras universidades do Estado de São Paulo questionando a cobrança de taxa de emissão de diploma. A ação foi julgada parcialmente procedente somente para que as universidades não mais cobrassem taxas para expedição de diplomas. Em segunda instância, as universidades foram condenadas também a devolver os valores cobrados de alunos e ex-alunos no período de 5 (cinco) anos anteriores à citação na ação, acrescidos de juros e correção monetária. Atualmente, aguarda-se início à fase de liquidação de sentença. **19.2. Processos tributários com perda provável:** Os consultores jurídicos efetuaram o levantamento, avaliaram e dentre as várias ações de natureza jurídica e administrativa tributária, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a Administração mantém provisão (consolidada) no montante de R\$4.899 em 31 de dezembro de 2022 (sendo R\$3.917 em 31 de dezembro de 2021). Dentre as ações que possuem risco provável, cujos objetos se referem a assuntos anteriores à aquisição das Controladas, Braz Cubas e Positivo, pela Companhia, de modo que a responsabilidade está garantida contratualmente pelos ex-proprietários. Tais ações totalizam prováveis perdas no montante de R\$3.503 em 31 de dezembro de 2022. Dentro deste montante, se destaca uma ação da Braz Cubas com valor provisionado de R\$3.403, movida pela União, em que se discute o pagamento da multa de 40% do FGTS diretamente aos empregados, em acordos judiciais ou extrajudiciais, em desconformidade com a legislação que determina o seu depósito nas contas vinculadas da Caixa Econômica Federal, e ausência de recolhimento da Contribuição Rescisória de 10%, por ocasião da dispensa sem justa causa de trabalhadores durante a gestão dos antigos acionistas da Braz Cubas. **19.3. Processos trabalhistas com perda provável:** Os processos trabalhistas envolvem, principalmente, questionamentos sobre horas extras, supostas férias não gozadas, reconhecimento de vínculo empregatício e/ou de atividade de docência, equiparação salarial, adicional noturno, intervalo intra e interjornada, diferenças de salário por redução de carga horária de docentes e indenizações por suposto não cumprimento de acordo coletivo. Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações trabalhistas e, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a Administração da Companhia mantém (consolidado) a provisão de R\$50.676 em 31 de dezembro de 2022 (R\$50.391 em 31 de dezembro de 2021). **19.4. Contingências prováveis sobre processos de Ex-Proprietários:** Parte dos processos das Controladas referem-se a fatos geradores ocorridos durante a gestão dos ex-proprietários, anteriores à aquisição pela Companhia, sendo então contingências de responsabilidade exclusivas dos ex-proprietários limitada ao dever de indenizar. Na hipótese de eventuais perdas definitivas nos processos, a Companhia e suas Controladas possuem garantias contratuais de ressarcimento, cujas eventuais perdas definitivas nesses processos serão apuradas e lançadas em Conta Gráfica para os ressarcimentos, bem como poderão ser compensadas, inclusive, com retenção de pagamentos advindos de contrato de locação celebrado com os ex-proprietários, respeitados limites e condições do contrato de compra e venda de quotas celebrado entre as partes.

	31/12/2022		31/12/2021	
	Consolidado	Fato Gerador Ex-Proprietários	Indenizável Ex-proprietários	Total
Processos cíveis	11.912	3.796	3.796	3.796
Processos tributários	4.899	3.503	3.503	3.503
Processos trabalhistas	50.276	33.701	28.505	28.505
<b>Total</b>	<b>67.087</b>	<b>41.000</b>	<b>35.804</b>	<b>35.804</b>

Parte dos processos da controlada ACEF avaliados com prognóstico de risco provável referem-se integralmente a fatos geradores ocorridos durante a gestão dos ex-proprietários da ACEF, anteriores à aquisição pela Companhia, sendo de responsabilidade dos ex-proprietários. Na hipótese de eventuais perdas definitivas nesses processos que excedam o valor de R\$14.000 para Perdas Materializadas e R\$14.000 para Perdas Não Materializadas, da mesma forma, a Companhia possui garantias contratuais de ressarcimento, as quais poderão ser compensadas com retenção de pagamentos advindos de contrato de locação celebrado com os ex-proprietários da ACEF, respeitados limites e condições do contrato de compra e venda de ações celebrado entre as partes. Até a data de fechamento da Nota Explicativa, as contingências da controlada ACEF não haviam excedido os limites contratuais acima mencionados para perdas materializadas e perdas não materializadas. **19.5. Processos com perda possível:** A Companhia possui processos classificados como probabilidade de perda possível, os quais não são provisionados, conforme apresentado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Processos cíveis	6.254	6.391	32.707	36.002
Processos tributários	176.272	159.560	222.238	231.460
Processos trabalhistas	1.026	1.594	51.033	41.363
<b>Total</b>	<b>183.552</b>	<b>167.545</b>	<b>305.978</b>	<b>308.825</b>

**19.5.1. Processos cíveis com perda possível:** Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível, classificadas com risco de perda possível, cujo valor apurado no consolidado, em 31 de dezembro de 2022,

era de R\$32.707 (R\$36.002 em 31 de dezembro de 2021). Há ações envolvendo, principalmente, obrigação de fazer cumulada com indenização por danos materiais e morais decorrentes de alegação de vícios nos serviços prestados de natureza acadêmica e operacional, totalizando risco de perda possível de R\$16.487 em 31 de dezembro de 2022 (R\$21.330 em 31 de dezembro de 2021). **19.5.2. Processos tributários com perda possível:** Nossos consultores efetuaram levantamento, avaliação e quantificação dos diversos processos de natureza jurídica e administrativa tributária com perda possível, e o valor apurado no consolidado foi de R\$222.238 em 31 de dezembro de 2022 (R\$231.460 em 31 de dezembro de 2021). Dentre vários processos tributários com risco de perda possível podemos destacar: Há processos movidos pela Prefeitura do Municipal de São Paulo contra a Controladora, discutindo o cumprimento dos requisitos básicos para manutenção da imunidade tributária dos períodos de 2008 a 2011, totalizando o valor de R\$144.984. A instituição apresentou defesa em todos os processos, além de garantir integralmente o juízo por meio de seguro garantia. Entre 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022 foi apurado uma variação no valor de R\$15.228 correspondente à atualização monetária do período. Há processos administrativos movidos pela Receita Federal contra a ACEF discutindo principalmente verbas que integram a base de cálculo para o recolhimento de contribuições sociais e previdenciárias, entre outros, somando ao risco possível o valor de R\$12.006. A instituição apresentou defesa em todos os processos e aguarda-se decisão final administrativa. Destacam-se autos de infração instaurados pela Receita Federal do Brasil contra a Braz Cubas, nas quais discute-se supostas infrações às normas do ProUni, sendo apresentado impugnação que foi julgada parcialmente procedente, para reconhecer a decadência da contribuição do período de 01/2008 a 11/2008, com a consequente redução do valor exigido no Auto de Infração, atualmente aguardando julgamento de Recursos Voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), totalizando o valor de R\$6.638. Por fim, observa-se uma reversão no Consolidado no valor de R\$766, referente ao período de 31 de dezembro de 2021 a 31 de dezembro de 2022, o qual se deve pela alteração de prognóstico para "provável" em razão do desprovemento recusal em ação anulatória movido pela controlada ACEF. **19.5.3. Processos trabalhistas com perda possível:** Nossos consultores efetuaram levantamento, avaliação e quantificação dos diversos processos de natureza trabalhista com perda possível, e o valor apurado no consolidado foi de R\$51.033 em 31 de dezembro de

-★ continuação

## Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

	31/12/2022		31/12/2021	
	Ações	% Part.	Ações	% Part.
Archy LLC	132.707.280	34,76%	132.707.280	34,76%
D2HFP - Fundo de Investimento em participações	85.679.880	22,44%	85.679.880	22,44%
Gama 1 FIM	42.839.940	11,22%	42.839.940	11,22%
Redmond FIM	42.839.940	11,22%	42.839.940	11,22%
Ações em tesouraria	5.602.700	1,47%	-	0,00%
Ações em circulação	72.152.500	18,90%	77.755.200	20,36%
<b>Total</b>	<b>381.822.240</b>	<b>100,00%</b>	<b>381.822.240</b>	<b>100,00%</b>

**Gastos com emissão de novas ações:** Conforme previsto no pronunciamento contábil CPC 08(R1)/IAS 19 - Custos de Transações e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, os custos de transação incorridos na captação de recursos para capital próprio foram contabilizados, de forma destacada, em conta redutora do capital social. A Companhia incorreu em custos para a oferta pública inicial no montante de R\$60.614 detalhados a seguir:

Descrição	Valor
Comissões	43.070
Assessoria jurídica	8.033
Auditoria	2.933
Assessoria financeira	2.532
Registros	910
Publicações	455
Outras	2.681
<b>Total</b>	<b>60.614</b>

**22.2. Reserva legal:** A reserva legal tem o objetivo de assegurar a integridade do capital social e somente pode ser usada para compensar perdas ou aumentar o capital social. É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social, em conformidade com o art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tem registrado na rubrica de reserva legal o valor de R\$29.453 (R\$29.129 em 31 de dezembro de 2021). **22.3. Reserva de retenção de lucros:** A reserva de retenção de lucros, conforme artigo 196 da Lei nº 6.404/76, é representada pelo lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal e dos dividendos mínimos obrigatórios. Em 31 de dezembro de 2022, do resultado do exercício, foi destinado o valor de R\$4.707 à reserva de retenção de lucros (R\$59.105 em 31 de dezembro de 2021). Essa proposta seguirá para aprovação na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em abril de 2023. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tem registrado na rubrica de reserva legal o valor de R\$33.514 (R\$59.105 em 31 de dezembro de 2021). **22.4. Dividendos:** O Estatuto da Companhia prevê dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal, conforme a Lei das Sociedades por Ações. Em 28 de abril de 2022, por meio de assembleia geral ordinária, foi aprovada a distribuição de dividendos no montante de R\$50.000, sendo R\$19.702 de dividendos mínimos obrigatórios e R\$30.298 de dividendos adicionais. O pagamento foi realizado no dia 27 de maio de 2022. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou o montante de R\$1.569 a título de dividendos mínimos obrigatórios. Os dividendos foram apurados conforme abaixo:

	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	6.606
<b>Base para reserva legal</b>	<b>6.606</b>
Apropriação para reserva legal (Art.193 da Lei nº 6.404)	330
<b>Base para dividendo mínimo obrigatório</b>	<b>6.276</b>
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	1.569
<b>Destinação para reserva de retenção de lucros</b>	<b>4.707</b>
Quantidade de ações em 31 de dezembro	381.822.240
Dividendo por ação em circulação - em reais	0,0041

Cenário em 31 de dezembro de 2022 (Controladora):

Operação	Risco	Taxa	31/12/2022	Provável	Variação 25%	Variação 50%
Equivalentes de caixa (Nota 5)	Aplicações financeiras (risco de perda em função da redução do CDI)	(CDI 13,65%)	447.400	447.400	432.132	416.865
Passivo de arrendamento (Nota 14)	Dívida (Risco de aumento da dívida em função do aumento do IGPM)	(IGPM 5,46%)	398.613	398.613	404.054	409.495

Cenário em 31 de dezembro de 2022 (Consolidado):

Operação	Risco	Taxa	31/12/2022	Provável	Variação 25%	Variação 50%
Equivalentes de caixa (Nota 5)	Aplicações financeiras (risco de perda em função da redução do CDI)	(CDI 13,65%)	852.743	852.743	823.643	794.543
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	Dívida (Risco de aumento da dívida em função do aumento do CDI)	(CDI 13,65%)	3.770	3.770	3.899	4.027
Debêntures (Nota 13)	Dívida (Risco de aumento da dívida em função do aumento do CDI)	(CDI 13,65%)	1.063.396	1.063.396	1.099.684	1.135.973
Passivo de arrendamento (Nota 14)	Dívida (Risco de aumento da dívida em função do aumento do IGPM)	(IGPM 5,46%)	1.306.655	1.306.655	1.324.491	1.342.327

**24.1.4. Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos e aplicações financeiras em bancos e instituições financeiras. Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. Representado pela possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de seus alunos. O risco de crédito dos alunos é administrado pela Companhia e por cada controlada, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a este risco. O saldo a receber de mensalidades é denominado em Reais e a Administração monitora o risco do saldo a receber dos alunos e são cobradas mensalmente com base no contrato firmado entre a Companhia e os alunos. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela gestão financeira da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. A Companhia e suas controladas têm com política a aplicação de recursos em bancos de primeira linha e, em aplicações com baixo nível de exposição e alto nível de liquidez. Praticamente, todo o excesso de caixa é aplicado em certificados de depósito bancário emitidos por estas instituições. A Companhia evita aplicações em fundos de investimentos em que há risco de ativo desconhecidos. **24.1.5. Risco de liquidez:** Consiste na eventuality da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir seus compromissos em virtude dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez mantendo adequadas suas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais. O fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas é realizado de forma centralizada pelo departamento de finanças da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez das entidades para assegurar que tenham caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais. Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se às debêntures contratadas, contas a pagar a fornecedores, além de contas a pagar por aquisição de participação societária. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações do Grupo. Na tabela a seguir estão analisados os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente do título ou do passivo.

	Nota	Controladora			Total
		31 de dezembro de 2022			
		Menos de 1 ano	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos	
<b>Passivos financeiros</b>					
Adiantamento de clientes		7.508	-	-	7.508
Dividendos a pagar	22.4	1.569	-	-	1.569
Fornecedores		33.236	-	-	33.236
Obrigações tributárias	16	11.831	-	-	11.831
Passivos de arrendamento	14	29.328	56.270	313.015	398.613
		<b>83.472</b>	<b>56.270</b>	<b>313.015</b>	<b>452.757</b>
Controladora					
31 de dezembro de 2021					
		Menos de 1 ano	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos	Total
<b>Passivos financeiros</b>					
Adiantamento de clientes		6.874	-	-	6.874
Dividendos a pagar	22.4	19.702	-	-	19.702
Fornecedores		18.681	-	-	18.681
Obrigações tributárias	16	7.521	-	-	7.521
Passivos de arrendamento	14	22.692	44.078	316.600	383.370
		<b>75.470</b>	<b>44.078</b>	<b>316.600</b>	<b>436.148</b>
Consolidado					
31 de dezembro de 2022					
		Menos de 1 ano	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos	Total
<b>Passivos financeiros</b>					
Adiantamento de clientes	18	40.820	-	-	40.820
Dividendos a pagar	22.4	1.569	-	-	1.569
Empréstimos e financiamentos	12	3.770	-	-	3.770
Debêntures	13	232.154	532.180	299.062	1.063.396
Fornecedores		69.368	-	-	69.368
Obrigações tributárias	16	53.446	39.349	90.451	183.246
Obrigações por aquisição de participação societária	20	-	359.252	13.504	372.756
Passivos de arrendamento	14	100.379	194.145	1.012.131	1.306.655
		<b>501.506</b>	<b>1.124.926</b>	<b>1.415.148</b>	<b>3.041.580</b>

27. Custos e despesas por natureza:

	31/12/2022			
	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais, administrativas e comerciais	Outras receitas, líquidas	Total
Salários e encargos sociais	(140.805)	(94.156)	-	(234.961)
Publicidade e propaganda	-	(74.872)	-	(74.872)
Custos com parceria	(62.462)	-	-	(62.462)
Despesas com PECLD (Nota 6)	-	(46.626)	-	(46.626)
Serviços de terceiros	(14.759)	(35.441)	-	(50.200)
Manutenção e reparos	(2.853)	(11.784)	-	(14.637)
Depreciação do direito de uso	(36.950)	-	-	(36.950)
Depreciação e amortização	-	(26.138)	-	(26.138)
Receitas com alugueis	-	-	1.299	1.299
Outras receitas (despesas), líquidas (i)	(21.545)	(15.359)	1.636	(35.268)
	<b>(279.374)</b>	<b>(304.376)</b>	<b>2.935</b>	<b>(580.815)</b>

**22.5. Ações em tesouraria:** Conforme fato relevante divulgado em 12 de agosto de 2022 a Companhia aprovou a abertura de um programa de recompra de ações ("Programa de Recompra"), que objetiva a manutenção de ações de emissão da Companhia em tesouraria, que podem posteriormente ser canceladas ou alienadas no âmbito de potenciais aquisições de empresas em linha com o plano de expansão da Companhia já divulgado ao mercado, observada a regulamentação aplicável, bem como visa a otimizar a estrutura de capital da Companhia, uma vez que, na visão da Administração, o valor de mercado atual das ações não reflete os fundamentos do modelo de negócio. A Companhia poderá adquirir até 6% do capital social da Companhia, representado por 22.909.334 (vinte e duas milhões, novecentas e nove mil, trezentas e trinta e quatro) ações. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de ações em tesouraria é de 5.602.700 ações ordinárias no montante de R\$ 23.133. **23. Resultado por ação:** O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não detém ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores.

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido no exercício	6.606	82.955
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias	381.102.498	364.467.223
<b>Lucro por ação em R\$</b>	<b>0,02</b>	<b>0,23</b>

**24. Instrumentos financeiros e gestão de riscos:** **24.1. Instrumentos financeiros:** As atividades da Companhia e/ou de suas controladas as expõem a diversos riscos de mercado (incluindo risco cambial, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia e/ou suas controladas apresentam exposições aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: **24.1.1. Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam apenas o risco de taxa de juros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos, financiamentos, debêntures e aplicações financeiras. **24.1.2. Risco de taxa de juros:** Risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variação nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia aos riscos de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, aos empréstimos e financiamentos, debêntures e as aplicações financeiras, sujeitos a taxas de juros variáveis. As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas na Nota 5 e sobre empréstimos e financiamentos e debêntures estão mencionadas nas Notas 12 e 13, respectivamente. **24.1.3. Sensibilidade à taxa de juros:** Os instrumentos financeiros ativos da Companhia e suas controladas são representados por caixa e equivalentes de caixa e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2022, se aproximam dos valores de mercado. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia e suas controladas estão ligados à variação do CDI para as aplicações financeiras, os empréstimos, financiamentos e debêntures. No cenário provável foi considerada a premissa de se manter, na data do vencimento da operação, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado obtidas através do relatório FOCUS do Banco Central do Brasil. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo do instrumento financeiro. A Companhia e suas controladas considerou uma deterioração de 25% e 50% para as variáveis de risco. As tabelas a seguir demonstram a análise de sensibilidade preparada pela Administração da Companhia e o efeito das operações em aberto considerando um ano de correção a partir de 31 de dezembro de 2022:

	Nota	31 de dezembro de 2021			Total
		Menos de 1 ano	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos	
<b>Passivos financeiros</b>					
Adiantamento de clientes	18	39.242	-	-	39.242
Dividendos a pagar	22.4	19.702	-	-	19.702
Empréstimos e financiamentos, incluindo derivativos	12	15.122	3.761	-	18.883
Debêntures	13	115.479	443.109	599.188	1.157.776
Fornecedores		50.471	-	-	50.471
Obrigações tributárias	16	49.695	40.153	96.387	186.235
Obrigações por aquisição de participação societária	20	63.688	36.185	295.529	395.402
Passivos de arrendamento	14	78.326	144.232	980.485	1.203.043
		<b>431.725</b>	<b>667.440</b>	<b>1.971.589</b>	<b>3.070.754</b>

**24.1.6. Gestão do capital:** O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e um razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital a eles, ou emitir novas ações. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos, financiamentos, debêntures e passivo de arrendamento (circulante e não circulante), menos caixa e equivalentes de caixa e optou por apresentar o consolidado por considerar mais relevante:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	3.770	18.883
Debêntures (Nota 13)	1.063.396	1.157.776
Passivo de arrendamento (Nota 14)	1.306.655	1.203.043
<b>(-) Total dívida bruta</b>	<b>2.373.821</b>	<b>2.379.702</b>
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(852.743)	(1.084.985)
<b>(=) Total dívida líquida</b>	<b>1.521.078</b>	<b>1.294.717</b>
Patrimônio líquido (Nota 22)	1.405.394	1.453.788
<b>Dívida líquida e patrimônio líquido</b>	<b>2.926.472</b>	<b>2.748.505</b>
<b>% Dívida líquida sobre o patrimônio líquido</b>	<b>108,2%</b>	<b>89,1%</b>

**24.2. Valor justo:** A Companhia e suas controladas aplicam as regras de hierarquização para avaliação dos valores justos de seus instrumentos financeiros, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia: • Nível 1 - Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; • Nível 3 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. A Companhia não possui instrumentos financeiros classificados como nível 1 e 3. Classificação contábil e valores justos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Ativos - Custo amortizado</b>				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	447.400	723.289	852.743	1.084.985
Contas a receber (Nota 6)	55.260	47.801	237.388	212.089
Outros créditos (Nota 8)	71.636	29.696	86.965	62.166
<b>Total</b>	<b>574.296</b>	<b>800.786</b>	<b>1.177.096</b>	<b>1.359.240</b>

**Passivos - Custo amortizado**  
Empréstimos e financiamentos (Nota 12) - - - 3.770 18.883  
Debêntures (Nota 13) - - - 1.063.396 1.157.776  
Fornecedores 33.236 18.681 69.368 50.471  
Obrigações por aquisição de participação societária (Nota 20) - - - 372.756 395.402  
**Total** 33.236 18.681 1.509.290 1.622.532

**Passivo - Valor justo por meio do resultado**  
Passivos de arrendamento (Nota 14) 2 398.613 383.370 1.306.655 1.203.043  
**Total** 398.613 383.370 1.306.655 1.203.043  
O valor justo dos instrumentos financeiros é próximo ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto a valor presente, utilizando-se juros de mercado em 31 de dezembro de 2022, não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se o custo de capital do Grupo, que se assemelha a taxa dos contratos efetivados. **25. Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido:** **25.1. Reconciliação da alíquota efetiva:** A reconciliação do resultado com imposto de renda e contribuição social dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta (Reapresentado)	(2.232)	(28.232)	(2.734)	(27.043)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto pela alíquota combinada	(759)	(9.601)	(985)	(12.642)
Principais Adições e Exclussões:				
Despesas não dedutíveis	(888)	(419)	(3.784)	(6.485)
Adições (exclussões) líquidas sem a constituição de diferido (i)	(4.768)	3.338	(21.608)	1.440
Gastos com emissão de ações	-	20.609	-	20.609
Equivalência patrimonial	32.148	58.343	-	-
Adicional e PAT	-	-	919	1.021
Efeitos sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL	(24.219)	(53.720)	(41.038)	(55.179)
Isenção PROUNI (ii)	-	-	66.811	69.055
<b>Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício</b>	<b>41</b>	<b>(81)</b>	<b>(1.434)</b>	<b>3.418</b>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	(129)	(5.801)	(8.841)
IR e CS diferidos no resultado do exercício	41	48	4.367	12.259
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>0,62%</b>	<b>(0,10%)</b>	<b>(17,84%)</b>	<b>4,30%</b>

**Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social** 6.565 83.036 8.040 79.537  
Alíquota fiscal combinada 34% 34% 34% 34%  
Imposto pela alíquota combinada (2.232) (28.232) (2.734) (27.043)  
Principais Adições e Exclussões:  
Despesas não dedutíveis (888) (419) (3.784) (6.485)  
Adições (exclussões) líquidas sem a constituição de diferido (i) (4.768) 3.338 (21.608) 1.440  
Gastos com emissão de ações - 20.609 - 20.609  
Equivalência patrimonial 32.

→ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

	31/12/2022				Consolidado 31/12/2021			
	Custos dos serviços prestados		Despesas gerais, administrativas e comerciais		Outras receitas, líquidas		Total	
Salários e encargos sociais	(655.460)	(173.330)	–	(828.790)	(590.759)	(181.637)	–	(772.396)
Publicidade e propaganda	–	(112.135)	–	(112.135)	–	(96.757)	–	(96.757)
Custos com parceria	(168.864)	–	–	(168.864)	(147.371)	–	–	(147.371)
Despesas com PECLD (Nota 6)	–	(135.354)	–	(135.354)	–	(98.446)	–	(98.446)
Serviços de terceiros	(54.925)	(44.694)	–	(99.619)	(41.899)	(36.673)	–	(78.572)
Manutenção e reparos	(14.030)	(24.095)	–	(38.125)	(7.795)	(27.899)	–	(35.694)
Depreciação do direito de uso	(120.359)	–	–	(120.359)	(101.628)	–	–	(101.628)
Depreciação e amortização	–	(118.413)	–	(118.413)	–	(93.898)	–	(93.898)
Receitas com aluguéis	–	–	20.319	20.319	–	–	15.926	15.926
Outras receitas (despesas), líquidas (i)	(66.541)	(55.231)	6.438	(115.334)	(73.294)	(23.073)	(2.071)	(98.438)
	<b>(1.080.179)</b>	<b>(663.252)</b>	<b>26.757</b>	<b>(1.716.674)</b>	<b>(962.746)</b>	<b>(558.383)</b>	<b>13.855</b>	<b>(1.507.274)</b>

(i) Os valores estão representados, principalmente, pelo ganhos de processos judiciais, baixa e perdas de ativo fixo e receita com vendas de imóveis.

**28. Resultado financeiro: 28.1. Receitas financeiras:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas sobre aplicações financeiras	70.827	33.515	116.888	47.606
Juros e encargos recebidos sobre mensalidades	944	243	3.905	1.207
Outras receitas	285	11	7.183	9.087
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b>72.056</b>	<b>33.769</b>	<b>127.976</b>	<b>57.900</b>

**28.2. Despesas financeiras:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Encargos financeiros sobre debêntures	–	–	(146.000)	(69.236)
Juros sobre passivo de arrendamento	(40.831)	(36.669)	(125.621)	(109.471)
Financiamentos estudantis, descontos concedidos e encargos financeiros sobre cartões de créditos	(14.304)	(8.630)	(72.745)	(62.601)
Juros sobre obrigações a pagar de aquisição de controladas	–	–	(45.694)	(16.657)
Garantias, comissões bancárias e Parcelamentos	(2.115)	(1.253)	(24.796)	(15.216)
Ajuste a valor presente	(791)	(570)	(8.820)	(3.863)
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	–	–	(1.507)	(2.534)
Outras despesas financeiras	(3.326)	(7.906)	(6.399)	(12.126)
<b>Total despesas financeiras</b>	<b>(61.367)</b>	<b>(55.028)</b>	<b>(431.582)</b>	<b>(291.704)</b>

Conselho de Administração				Diretoria				Contador	
Wolfgang Stephan Schwerdtle - Presidente				Fabio Marcel Fossen - Diretor Presidente				Afonso Celso Florentino de Oliveira	
Fernando Padovese	Carlos Alberto Nogueira Pires da Silva	Renato Padovese	Fábio Ferreira Figueiredo	Felipe Coragem Nêgo - Diretor Financeiro e Administrativo	Luís Felipe Silva Bresola - Diretor de Relação com Investidores			CRC: 1MG-071304/O-7 "T" SP	
Débora Ferreira Figueiredo	Renato Russo	Rodrigo Capelato	Gustavo Cellet Marques						

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas**

Aos Administradores e Acionistas da **Cruzeiro do Sul Educacional S.A. - Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Cruzeiro do Sul Educacional S.A. ("Companhia", "Individual" ou "Controladora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Cruzeiro do Sul Educacional S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cruzeiro do Sul Educacional S.A. e da Cruzeiro do Sul Educacional S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Porque é um PAA: Reconhecimento de receita (Notas 2.18 e 26):** A principal fonte de receita da Companhia e de suas controladas advém da cobrança de mensalidades de pessoas físicas (alunos) matriculadas semestralmente nos cursos regulares de graduação, pós-graduação, cursos técnicos e colégio. Essas receitas são decorrentes de um grande volume de transações, mas que, individualmente, são de baixo valor, aumentando a importância dos controles internos da Companhia e de suas controladas, bem como o rigor na gestão financeira e a adequada manutenção de um cadastro atualizado de alunos. Consideramos que o reconhecimento de receita permanece como uma área de foco em nossa auditoria, especialmente quanto ao tema do registro adequado, existência e totalidade da carteira de alunos. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Como resposta de auditoria, efetuamos os seguintes principais procedimentos relativos a esse assunto: • Efetuamos o entendimento dos controles internos relevantes implementados pela Companhia e suas controladas, para o processo de matrícula, definição de tabela de preços, emissão de cobranças e registro contábil das mensalidades. • Inspecionamos, por amostragem, contratos firmados com alunos, comprovantes de recebimento, relatórios de frequência e de notas dos alunos, inclusive aqueles matriculados por meio do FIES, para análise das condições contratuais e documentos cadastrais dos alunos vinculados, assim como verificamos o recebimento subsequente das mensalidades selecionadas na amostra. • Realizamos as reconciliações dos relatórios auxiliares de faturamento com os respectivos registros contábeis. Os resultados dos nossos procedimentos indicam que os processos para o reconhecimento de receitas, estão suportados por documentação hábil e estão razoáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Porque é um PAA: Avaliação da redução do valor recuperável (impairment) dos ágios e intangíveis de vida útil indefinida (Notas 2.2, 2.10, 2.11 e 11):** A Companhia tem registrado em seu ativo intangível no Consolidado, ágios fundamentados em expectativas de rentabilidade futuras e intangíveis de vida útil indefinida decorrentes de aquisição de negócios, no valor de R\$ 1.363.169 mil. A Companhia realizou o teste anual de *impairment* dos ágios e dos intangíveis de vida útil indefinida, incluindo testes de recuperabilidade dos montantes oriundos das combinações de negócios ocorridas no primeiro semestre de 2020. A Companhia efetuou o o referido teste utilizando o modelo de valor em uso, que consiste na determinação do valor presente líquido dos fluxos de caixa futuros de cada uma das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). Consideramos que este assunto continua como uma área de foco de nossa auditoria pois, além da relevância do saldo, é uma área que envolve estimativas críticas e julgamentos por parte da administração da Companhia na determinação das premissas e projeções efetuadas que, se alteradas, podem modificar significativamente as perspectivas de recuperabilidade da UGC, com consequente impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Entendimento dos controles internos relevantes relacionados com a preparação dos fluxos de

**29. Transações que não afetam o caixa:** A Companhia e suas controladas realizou durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 as seguintes transações que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa, conforme requerido pelo pronunciamento contábil CPC 03 (R2)/IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Imobilizado:				
Varição no saldo de fornecedores a pagar	1.093	2.227	–	–
Adição de arrendamentos financeiros (IFRS 16/CPC 06)	2.528	36.110	–	–
Baixa de arrendamentos financeiros (IFRS 16/CPC 06)	–	(3.663)	–	–
	<b>3.621</b>	<b>34.674</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
Intangível:				
Varição no saldo de fornecedores a pagar	1.372	3.133	–	–
	<b>1.372</b>	<b>3.133</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
Imposto de renda e contribuição social:				
Compensação de impostos diferidos	–	3.573	–	3.573
	<b>–</b>	<b>3.573</b>	<b>–</b>	<b>3.573</b>
Passivos assumidos na combinação de negócios:				
Garantias de Ex Mantenedor	–	129	–	129
	<b>–</b>	<b>129</b>	<b>–</b>	<b>129</b>
Reservas de lucros:				
Dividendos adicionais propostos	1.569	1.569	–	–
	<b>1.569</b>	<b>1.569</b>	<b>–</b>	<b>–</b>

**30. Seguros:** A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados pela Administração como suficientes (não auditado) para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. A tabela abaixo apresenta as importâncias seguradas em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Incêndio, raio, explosão de qualquer natureza	2.055.370	1.327.179
Perda ou pagamento de aluguel	84.000	70.180
Impacto de veículo terrestre e demais aéreo e/ou espacial	60.000	1.820
Roubo de bens	2.730	2.485
Danos elétricos	24.000	10.470
Responsabilidade civil de Diretores e Administradores	–	32.850
Outros	132.740	25.789

**31. Eventos subsequentes: 31.1. Cancelamento de ações em tesouraria:** Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de janeiro de 2023, foi aprovado o cancelamento de 7.775.520 (sete milhões, setecentos e setenta e cinco mil e quinhentos e vinte) ações ordinárias, sem valor nominal, de emissão da Companhia, mantidas em tesouraria nesta data, sem redução do valor do capital social. Em função do cancelamento das ações em tesouraria, o capital social da Companhia passou a ser dividido em 374.046.720 (trezentos e setenta e quatro milhões, quarenta e seis mil, setecentos e vinte) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. Dessa forma, o artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que versa sobre o seu capital social, deverá ser ajustado na próxima assembleia geral da Companhia. **31.2. Julgamento do STF sobre coisa julgada em matéria tributária:** Em 8 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal ("STF") finalizou o julgamento dos recursos extraordinários RE nº 955227 (Tema 885) e RE nº 949297 (Tema 881), e consolidou o entendimento no sentido de que uma decisão definitiva (coisa julgada) obtida por determinado contribuinte sobre tributos recolhidos de forma continuada perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário posteriormente. Ainda, o STF não acolheu o pedido de modulação de efeitos da decisão, de forma que as autoridades fiscais podem cobrar os tributos que deixaram de ser recolhidos com base em tais decisões. A Companhia revisou os temas tributários e previdenciários para os quais tem decisão definitiva (coisa julgada) nos últimos 5 (cinco) anos e não identificou nenhum impacto material do julgamento do STF ao tratamento atualmente conferido aos seus recolhimentos tributários.

individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2023

**pwc**  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP00160/O-5

Vinicius Ferreira Britto Rego  
Contador CRC 1BA024501/O-9



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>